



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADORA – SECRETARIA EXECUTIVA	4
INFORMAÇÕES GERAIS	4
COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS.....	4
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	5



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Educação tem o objetivo de garantir a observância do que está disposto na Instrução Normativa nº 47/2004 e na Decisão Normativa nº 71/2005, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU.

Agrega-se, desta forma, as informações relacionadas à execução de suas atividades e de suas subsecretarias tais quais a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO e a subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, conforme estabelece o Anexo I da Decisão Normativa nº 71/2005, citada anteriormente, destacando os principais resultados de suas ações no decorrer do exercício de 2005.



UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADORA – SECRETARIA EXECUTIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome da Unidade Jurisdicionada: Secretaria Executiva

Nº CNPJ: 00394445/0023-09

Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal

Vinculação Ministerial: Ministério da Educação/Secretaria Executiva

Endereço Completo: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Ed. Sede – 8º Andar

Brasília/DF –CEP: 70.047-900

Endereço da *home page* institucional: www.mec.gov.br

Órgão: 26000 – Ministério da Educação - MEC

Unidade Gestora: 150017

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

As atividades desempenhadas pela Secretaria Executiva - SE estão previstas na Estrutura Regimental aprovada por meio do Decreto nº. 5.159, de 28 de julho de 2004, que determina:

(...) À Secretaria-Executiva compete:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades de Organização e Modernização Administrativa, bem como as relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de



Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; e

III - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento e Orçamento a ela subordinadas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A Secretaria Executiva atua, basicamente, como órgão de assistência direta e imediata ao Ministro da Educação, desenvolvendo atividades de natureza diversa. Tem participação ativa nas discussões políticas, programas e ações de grande relevância ao Ministério e exerce funções estratégicas junto às Secretarias da Administração Direta, Autarquias, Empresa e Fundações do MEC.

Em 2005, o Ministério da Educação, a partir de interlocução com outras nações em Fóruns Internacionais, propôs a identificação de modalidades viáveis de conversão de parcelas da dívida externa brasileira, para investimentos educacionais, sob a Coordenação da Secretaria Executiva. Para tanto, lançou no dia 23 de junho de 2005, o Comitê Social da Dívida por Educação, que contou com a participação de mais de 70 entidades da sociedade civil. No dia 28 de junho, o MEC realizou, na sede da Bovespa, em São Paulo, o Seminário Educação e Investimento – Conversão da Dívida para o Desenvolvimento, com entidades e membros da sociedade civil.

A exemplo da conversão da dívida, a Secretaria Executiva atuou no Fórum das Estatais pela Educação, instituído pelo Protocolo de Cooperação das Estatais pela Educação, firmado em 21 de setembro de 2004, sob a coordenação geral da Ministra Chefe da Casa Civil, Drª



Dilma Rousseff, e a coordenação executiva do Ministro de Estado da Educação, Prof. Fernando Haddad. Em 2005 o Fórum realizou as seguintes reuniões:

- 22/02/2005 – Câmara Temática de Educação Superior
- 14/03/2005 – Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Educação Superior
- 28/03/2005 – 2ª Reunião do Pleno do Fórum
- 02/05/2005 – Reunião das Câmaras Temáticas para Avaliação da Execução dos Planos de Trabalho
- 13/06/2005 – Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Educação Superior para discussão do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB
- 04/07/2005 – Reunião das Câmaras Temáticas para Avaliação da Execução dos Planos de Trabalho
- 25/07/2005 - Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Educação Superior para discussão do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB
- 27/10/2005 – 3ª Reunião do Pleno do Fórum
- 06/12/2005 – Avaliação das reuniões realizadas em 2005

A meta para 2005 era a assinatura dos Acordos pelas 21 Estatais integrantes do Fórum. Apenas a PETROBRÁS não firmou o referido instrumento em 2005, o que representa o atingimento de 95,2% da meta estabelecida, como segue:

1. BASA Banco da Amazônia S/A
2. BB Banco do Brasil S/A
3. BNB Banco do Nordeste do Brasil S/A
4. BNDES Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
5. CAIXA Caixa Econômica Federal
6. CGTEE Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
7. CHESF Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
8. COBRA Cobra Tecnologia S/A
9. CORREIOS Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
10. ELETROBRÁS Centrais Elétricas Brasileiras



11. ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
12. ELETROSUL Centrais Elétricas S/A
13. EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
14. FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
15. FURNAS Furnas Centrais Elétricas S/A
16. INFRAERO Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
17. INMETRO Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
18. ITAIPU BINACIONAL Usina Hidrelétrica de Itaipu
19. NUCLEP Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A
20. SERPRO Serviço Federal de Processamento de Dados

Outro marco nas atividades da Secretaria foi sua participação na concepção de desenvolvimento do Projeto Presença, que o Ministério da Educação está implementando como uma das medidas para a melhoria da qualidade da Educação Básica. O Projeto conta com a efetiva participação dos trabalhadores da educação e envolve as três esferas da federação – União, estados e municípios – no acompanhamento do acesso à escola e na permanência dos alunos no sistema de ensino, consolidando o valor da educação como bem e direito fundamental do cidadão.

A primeira etapa é o cadastramento de todos os alunos, docentes e escolas da Educação Básica Nacional (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas redes municipais, estaduais, federal e privada), a ser concluído em janeiro de 2006.

As principais ações executadas pela Coordenação do Projeto Presença no período de janeiro a dezembro de 2005 foram:

- Criação da coordenação executiva do Projeto Presença e elaboração do Projeto Básico para a contratação do Serpro. Assinatura do contrato Inep – Serpro;
- Realização do Encontro Nacional do Censo Escolar – Inovações 2005/206, realizado em Natal/RN, no período de 22 a 25 de fevereiro de 2005;



- Participação da /coordenação dos 26 Fóruns Regionais da Undime, apresentando o Projeto aos Prefeitos e Secretário Municipais de Educação, obtendo o apoio dos municípios para o cadastramento;
- Realização do Piloto do PGC nos municípios de Gravataí e Capão da Canoa nas redes estaduais e municipais da educação básica;
- Capacitação de multiplicadores nas 27 unidades federadas para aproximadamente 1300 disseminadores que foram planejadas em parceria com Coordenadores do Censo Escolar;
- Elaboração da Portaria MEC nº 1851, de 31 de maio de 2005, que determina que o processo censitário englobará o Cadastro de Alunos, Docentes e Escolas; o Sistema Nacional de Acompanhamento da Frequência Escolar e o Censo Escolar em Tempo Real. Essa portaria foi publicada no DOU de 01/06/2005;
- Elaboração, editoração e distribuição dos Manuais do PGC Eletrônico, do PGC em Papel, de mídia (CD-ROM) e do *folder*;
- Elaboração da Portaria MEC nº 2727, de 05 de agosto de 2005, que estabeleceu o prazo de 31 de outubro para finalização do cadastramento de alunos, docentes, auxiliares de educação infantil e escolas. Essa portaria foi publicada no DOU de 06/08/2005;
- Lançamento oficial do Projeto Presença, no auditório do Edifício Sede do Ministério da Educação, no dia 16 de agosto de 2005 e
- Capacitação sobre os procedimentos de utilização do PGC e sobre o Programa Senha Rede, em Brasília, no período de 17 a 19 de agosto de 2005, na sede da Regional do Serpro em Brasília, para os Coordenadores do Censo Escolar e técnicos em informática de todas as unidades federadas.

Destaques-se, também, que a Secretaria Executiva coordena o Grupo de Trabalho para análise das propostas de sustentabilidade administrativa e financeira da Universidade da região da Campanha – URCAMP - Portaria nº 3782, de 27/10/2005, importante universidade comunitária situada na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e que está entre a grande maioria das universidades comunitárias do país, que passam por graves dificuldades financeiras, correndo risco de fechamento imediato, com os conseqüentes prejuízos sociais para toda aquela região.



O GT e a Comissão constituída pra tal, atuaram no estímulo à reestruturação e saneamento da URCAMP, no redesenho da estrutura administrativa e de gestão, bem como na apuração do passivo da instituição. Os estudos deverão também servir de base para a criação de um programa de apoio às universidades comunitárias, dentro do qual a URCAMP será tratada como um dos projetos piloto.

Promoveu, também, dada a prioridade presidencial conferida à Expansão do Ensino Superior, a articulação dos arranjos institucionais e a busca de recursos financeiros para a execução do plano coordenado pela Secretaria de Educação Superior – SESU.

Neste caso a Secretaria Executiva tem analisado e encaminhado para os devidos estudos, as demandas de expansão da oferta de ensino superior público e gratuito de regiões empobrecidas. Essas regiões buscam, com a implantação de universidades, aporte para o desenvolvimento local e regional. Exemplo disso está sendo a criação da Universidade Federal do Pampa, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde havia reivindicação antiga de acesso ao ensino superior público.

Além disso, a Secretaria Executiva fez a interlocução necessária com as Secretarias do Ministério para as demandas do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – PPA-CA, que consiste em um termo de compromisso, assinado em setembro de 2002, elaborado por um conjunto de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais, tendo seguido as diretrizes do documento “Um Mundo para as Crianças”, da ONU. No âmbito do segundo compromisso do Plano – Provendo Educação de Qualidade – cujo objetivo central é o de garantir o acesso à escola de qualidade, foram incluídos, por parte do MEC, os seguintes desafios:

- Expansão e melhoria da Educação Infantil
- Ampliação da Educação Básica de qualidade
- Promoção da Educação Especial
- Alfabetização de Jovens e Adultos

Em 2005 foi elaborado o relatório sobre a situação – Metas Físicas e Financeiras – das ações do MEC que integram o plano, referentes ao ano 2004.



Ademais, o Secretário Executivo preside o Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e de Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação – CGCOP, que tem como objetivos coordenar a captação de recursos externos para novos projetos do MEC e gerenciar a implementação dos projetos decorrentes de cooperação técnica e acordos de empréstimos celebrados com organismos internacionais. Tem, ainda, o propósito de centralizar o relacionamento e a articulação de organismos internacionais e órgãos do Governo Federal envolvidos na preparação e na execução dos projetos, visando a prevenir a dispersão e pulverização de esforços e meios e eliminar superposições e duplicidade de ações. Visa, também, a aprimorar e uniformizar procedimentos operacionais que concorram para melhorar a gestão e agilizar o desenvolvimento de novas operações de crédito.

Dentre os projetos aprovados pelo CGCOP, para execução em 2005, está sob responsabilidade direta da Secretaria Executiva o Projeto “Indicadores Escolares”, referente ao estudo comparado sobre indicadores escolares e de desempenho de alunos, e o mapeamento das expectativas dos jovens, com o objetivo de desenvolver uma visão mais ampla sobre as possibilidades das políticas voltadas para o Ensino Superior e superação de suas debilidades. Os estudos serão realizados a partir da análise das informações coletadas pelos sistemas de avaliação: PISA 2000, ENEM 2002, 2003 e PISA 2003, tendo sido contratada a UNICAMP, que concluirá os trabalhos em junho de 2006.

Como se salientou no início, a Secretaria Executiva atua ativamente nas discussões de políticas, programas e ações de grande relevância ao Ministério, e exerce funções estratégicas promovendo a interlocução necessária com outros órgãos, internos ou externos. Neste sentido, em 2005, pode-se destacar:

Comitê de patrocínios

Juntamente com a Assessoria de Comunicação Social – ASC/GM, a Secretaria Executiva tem membro representante no Comitê Operacional de Patrocínios, coordenado pela SECOM – Secretaria de comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.



O Comitê de Patrocínios tem a finalidade de formular e conjugar as políticas de patrocínio das Estatais com as políticas do Governo. Define parâmetros de análise e seleção de patrocínios e mensuração de resultados. Em reuniões quinzenais, avalia e aprova os projetos de patrocínios a serem concedidos pelas estatais.

Programa Escolas-Irmãs

Participou do programa Escolas-Irmãs, que é uma iniciativa da Assessoria Especial da Presidência da República, que tem por objetivo possibilitar o intercâmbio cultural entre comunidades educativas de várias regiões do país, principalmente entre aqueles que vivem diferentes realidades sociais. No mês de agosto de 2005 o Programa foi lançado por meio de uma Videoconferência e um Seminário Nacional, e no Mês de Novembro ocorreu uma Audiência com o Presidente da República para certificação das escolas parceiras.

Acordos de Cooperação Técnica e Institucional

- a) Acordo entre o MEC, Ministério das Minas e Energia (MME), a ELETROBRÁS e a PETROBRÁS, visando promover a difusão dos conceitos de conservação de energia e do seu uso eficiente e sustentável, em todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental.
- b) Acordo entre o MEC, o MME e a ELETRONORTE, cujo objetivo é a conjugação de esforços para possibilitar às populações da Amazônia o acesso aos programas de educação e formação profissional do Ministério da Educação, por meio das ações do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia elétrica.

Comitê de Articulação Federativa

Juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, compões o CAF – Comitê de Articulação Federativa, criado em 2004 como canal de diálogo direto com as entidades representativas dos Prefeitos, reconhecidas pelo Governo: ABM, FNP e CNM.

Em paralelo, acompanha, junto à Subchefia de Assuntos Federativos, a execução da Agenda Federativa, participa da organização da ação governamental nas atividades do Movimen-



to Municipalista, sistematiza relatórios e participa de reuniões de articulação interministerial.

Grupo de Trabalho Interministerial “Um Computador por Aluno”

Juntamente com a Secretaria de Educação à Distância – SEED, tem membro representante no GT Interministerial criado para avaliar a oferta do Midea Lab-MIT de um laptop de 100 dólares, para distribuição a todos os alunos das redes públicas de educação. O GT é coordenado pela Presidência da República. A possibilidade de implantar o projeto OLPC ficará para análise de inclusão no Orçamento 2007. O projeto possível para 2006 foi apresentado pelo MEC, como emenda ao Orçamento 2006.

O projeto Piloto para utilização intensiva das TIC na educação está na Presidência, para análise de inclusão como emenda ao orçamento 2006. São projetos para execução em 12 meses, orçados em R\$ 261.852.600,00, com início de execução previsto para julho de 2006.

Resumo dos projetos:

- Todas as escolas públicas de Ensino Médio com laboratórios de Informática
- Todos os municípios brasileiros com pelo menos um laboratório de informática em escola pública
- Atualização tecnológica de 500 escolas PROINFO
- Implementação de 500 novos NTE's municipais
- Capacitação de 60.000 novos professores
- Equipamentos para a capacitação de professores (laptops)

Jornal na Escola – Programa de Utilização de Jornais na Sala de Aula do Ensino Médio Público em Nível Nacional

A Secretaria executiva coordenou a elaboração do Programa Jornal na Escola, em conjunto com a Associação Nacional de Jornais e Secretaria de Educação Básica – SEB, que propõe o desenvolvimento de metodologia e de logística para a utilização de jornais brasileiros como recurso de ensino e aprendizagem no Ensino Médio das Escolas públicas brasileiras.



Tem por objetivos: (I) Contribuir com a melhoria da aprendizagem no Ensino Médio, pelo incentivo ao uso do jornal como recurso didático; (II) Facilitar o acesso do aluno de Ensino Médio aos jornais e comprometer professores com atividades de leitura, compreensão e significação dos conteúdos da mídia impressa através da distribuição de jornais nas escolas; (III) Capacitar os professores através de um suplemento que vai orientá-los sobre como utilizar o texto jornalístico na sala de aula e (IV) complementar as informações existentes nos jornais com referências documentais e bibliográficas.

Programa Revistas na Escola

Coordenou a elaboração do Programa Revistas na Escola, que está sendo desenvolvido em conjunto com a SEB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE sobre a distribuição de quatro revistas brasileiras para as escolas públicas de Ensino Médio, como recurso didático-pedagógico para utilização em sala de aula pelos professores das diferentes áreas.

Por fim, mas não menos importante, é salutar registrar que a Secretaria Executiva é responsável ainda por atividades como:

- Responder, pelo MEC, ao SIGOV – Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade. Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, é ferramenta de fortalecimento da capacidade institucional das Presidências de Repúblicas da América Latina e Caribe, contendo dois módulos, o *Centro de Gestão do Presidente da República* e o *Sistema de Metas Presidenciais*.
- Sistematizar informações para a elaboração dos relatórios anuais de Prestação de Contas e Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. Para tanto, recolhe informações de programas, ações e atividades nas Secretarias e órgãos vinculados, realiza cruzamentos com a execução orçamentária junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO e, em conjunto com a Assessoria de Comunicação/GM, sistematiza esses dados de forma a unificar as informações institucionais prestadas ao Ministério do Planejamento, à Casa Civil e à Presidência com as informações passadas aos veículos de comunicação.



- Expedir as indicações de representantes do Ministério da Educação em Colegiados. No período de 2005, foram expedidos em torno de 150 indicações de representantes do Ministério da Educação, em Colegiados Externos e 12 indicações de representantes em Colegiados Internos.
- Analisar requerimentos de instituições educacionais, protocolizados no MEC, para fins de isenção de imposto de importação de bens havidos no exterior de que tratam o Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 4543, de 26/12/2002 e a Lei nº 8032, de 12/04/1990, quando os bens importados de destinarem a finalidades educacionais, observados os dispositivos da Portaria Normativa nº 1, de 11/03/2004, da SE/MEC, publicada no Diário Oficial da União do dia 15/03/2004, Seção 1. Em 2005 foram analisados:
 - Processos em diligência: 01 (foi solicitada prorrogação, para atendimento de diligência).
 - Processos arquivados: 02 (desistência)
 - Processos deferidos: 65.
 - Processos indeferidos: 01 (uso dos bens em finalidades não educacionais).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Assuntos
Administrativos – SAA

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2005

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS



SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	2
2. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS.....	2
3. ESTRUTURA DA SAA.....	3
3.1 Gestão de Pessoas.....	3
3.2 Recursos Logísticos.....	5
3.3 Informática e Telecomunicações.....	6
4. OBJETIVOS E METAS.....	7
4.1 Ação 2000: Apoio Administrativo.....	7
4.2 Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica.....	7
4.3 Ação 2010: Assistência Pré-Escolar.....	7
4.4 Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	7
4.5 Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	8
4.6 Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação.....	8
5. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS POR CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVOS E SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	9
6. OUTRAS PROGRAMAÇÕES EXECUTADAS EM 2005.....	9
6.1 Gestão de Pessoas.....	9
6.2 Gestão de Recursos Logísticos.....	14
6.3 Gestão de Informática e Telecomunicações.....	17
7. INDICADORES DE GESTÃO.....	19
8. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DIFICULDADES.....	20
9. RELATÓRIO DE AUDITORIA E PROCESSOS DE SINDICÂNCIA.....	21
10. ROL DE RESPONSÁVEIS.....	25
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26



1. INFORMAÇÕES GERAIS

NOME: Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA

CNPJ: 00.394.445/0003-65

NATUREZA JURÍDICA: Órgão Público do Poder Executivo Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria Executiva

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco L – Anexo I – Sala 300

UNIDADE GESTORA/GESTÃO: 150002/00001

NORMA DE CRIAÇÃO: Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004.

2. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

De acordo com o art. 5º do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA compete:

- I. planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de Organização e Modernização Administrativa, bem como as relacionadas aos Sistemas Federais de Administração dos Recursos da Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- II. promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; e
- III. promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior.

A partir do Realinhamento do Planejamento Estratégico realizado em dezembro de 2004 a SAA definiu sua Missão como sendo a de “prover, por meio de gestão administrativa eficiente e eficaz, condições objetivas necessárias para a integração das unidades institucionais do MEC, de forma a contribuir para a melhoria da educação do País”. Com a Visão de “ser uma unidade de excelência que atue como agente inovador na gestão administrativa, apoiando na formulação da política nacional de educação, inserida em um contexto de construção e exercício da cidadania”.



Para atingir sua Visão e cumprir sua missão a SAA possui os seguintes objetivos estratégicos:

- I. Organizar os fluxos e rotinas administrativas com foco na excelência do atendimento ao público interno e externo, tornado a gestão moderna, eficaz e eficiente;
- II. Prover as unidades administrativas do MEC de recursos humanos, logísticos e tecnológicos necessários à execução de suas ações;
- III. Estabelecer diretrizes político-administrativas de integração das unidades do MEC, no que diz respeito a gestão de pessoas, recursos tecnológicos e logísticos; e
- IV. Representar o MEC em assuntos relativos a gestão de pessoas, recursos tecnológicos e logísticos junto ao Governo Federal e outros segmentos da sociedade.

3. ESTRUTURA DA SAA

Para o cumprimento de suas competências e de seus objetivos, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos é estruturada em três áreas: Gestão de Pessoas; Recursos Logísticos; Informática e Telecomunicações, e conta com a força de trabalho mostrada no Quadro 1.

3.1 Gestão de Pessoas

A área de gestão de pessoas tem subdelegadas as seguintes competências:

I – Praticar atos de:

- a) progressão funcional de servidores;
- b) concessão e revisão de aposentadoria e pensão;
- c) concessão de ajuda de custo;
- d) lotação e remoção de servidor.

II – Efetuar registros funcionais;

III – Aprovar a programação de treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do MEC;

IV – Conceder licenças, gratificações, benefícios, assistência médica e outras vantagens aos servidores do Ministério;

V – Dispensar do registro de frequência os servidores autorizados a participar de congressos, conferências, seminários e outros eventos similares realizados no país;



Quadro 1 – Força de Trabalho da SAA

Cargo	Quantidade de servidores (força de trabalho) por Coordenação				Total
	CEINF	CGGP	CGRL	GAB	
ADMINISTRADOR	1	12	2		15
AGENTE ADMINISTRATIVO	3	56	24	8	91
AGENTE CINEFOTOGRAFIA E MICROFILMAGEM	1	1	1		3
AGENTE DE MECANIZACAO DE APOIO					0
AGENTE DE PORTARIA	1	5	5		11
AGENTE DE VIGILANCIA		1	29		30
AGENTE TELECOMUNICACOES E ELETRICIDADE	1		1		2
ANALISTA DE SISTEMAS	18	5	1		24
ARQUITETO			1		1
ARQUIVISTA		1	6		7
ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS		1	2	1	4
ARTIFICE DE CARPINTARIA E MARCENARIA			1		1
ARTIFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICACOES	2				2
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO		1			1
ASSISTENTE SOCIAL		4			4
AUXILIAR DE ADMINISTRACAO					0
AUXILIAR DE APOIO OPERAC ESPECIALIZADO		1			1
AUXILIAR DE APOIO OPERACIONAL					0
AUXILIAR EM ASSUNTOS CULTURAIS			1		1
AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS		8	1		9
AUXILIAR OPERACIONAL SERVICOS DIVERSOS	2	9	9		20
CONTADOR					0
DATILOGRAFO		10	2	2	14
DESENHISTA			2		2
ECONOMISTA		1			1
ENFERMEIRO		1			1
ENGENHEIRO		3	1		4
ENGENHEIRO AGRONOMO					0
MEDICO		7			7
MINISTRO DE ESTADO					0
MOTORISTA OFICIAL			10		10
ODONTOLOGO		7			7
OPERADOR DE COMPUTACAO	2	3	3		8
PERFURADOR DIGITADOR	1	1			2
PROFESSOR DE 1 E 2 GRAUS	1				1
PROFISSIONAL DE NIVEL OPERACIONAL			1		1
PSICOLOGO		4			4
SERVIDOR REQUISITADO		8	1	1	10
SOCIOLOGO					0
TECNICO DE ARQUIVO					0
TECNICO DE CONTABILIDADE		3	1		4
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1	40	3		44
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL		3			3
TECNICO EM MICROFILMAGEM			1		1
TECNICO NIVEL MEDIO		1			1
TECNICO NIVEL SUPERIOR		1	1		2
TELEFONISTA	2				2
VIGILANTE			1		1
Total geral	36	198	111	12	357



VI – Proceder a preparação da folha de pagamento;

VII – Celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes específicos das atividades de gestão de pessoal da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Assim, atua como órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC da Administração Federal, tendo como competências planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas à administração, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos da administração direta do Ministério da Educação, bem como também orientar e supervisionar os órgãos seccionais de recursos humanos das unidades vinculadas.

O cumprimento de suas atribuições institucionais implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades de gerenciamento da força de trabalho do MEC, destacando-se as de coordenação, orientação e supervisão quanto a:

- Aplicação da legislação e normas de pessoal, no âmbito setorial e seccional;
- Procedimentos e execução das demandas judiciais que envolvem a área de recursos humanos;
- Planos de cargos do Ministério e seus órgãos vinculados;
- Arquivo de pastas funcionais, cadastro e registros funcionais;
- Concessão de aposentadoria, pensão, benefícios, direitos e vantagens;
- Lotação, exercícios, localização, cessão, requisição e redistribuição de servidores;
- Processamento e liquidação da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- Promoção de Programas e Projetos de Melhoria da Qualidade de Vida dos Trabalhadores do MEC;
- Prestação de assistência médico-social aos servidores e perícia médica; e
- Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

3.2 Recursos Logísticos

A área de Recursos Logísticos tem subdelegadas as seguintes competências:

I – Coordenar, orientar, avaliar e planejar todas as atividades de administração de material, patrimônio, obras, transporte, apoio administrativo, conservação e a manutenção de edifícios do MEC;



II – Processar os pedidos de aquisição de bens e material de consumo, contratação de serviços de terceiros, orientar na elaboração de minutas de Projetos Básicos / Termos de Referência, inclusive nos casos de inexigibilidade e dispensas de licitação;

III – Promover e homologar os atos licitatórios na modalidade de convite, as dispensas de licitação previstas nos incisos I e II, Art. 24 da Lei 8.666/93, bem como reconhecer e propor ratificação das dispensas previstas nos incisos III a XXIV do Art. 24 e as situações de inexigibilidade referidas no Art. 25, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

IV – Celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e designar comissões inerentes às atividades da CGRL.

3.3 Informática e Telecomunicações

A área de Informática e Telecomunicações tem subdelegadas as seguintes competências:

I – Planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar todas as atividades de informática e telecomunicações;

II – Firmar contratos, convênios, acordos e ajustes, relativo a prestação de serviços, aquisição de bens e suprimentos de informática, bem como de telecomunicações do MEC;

A área de informática e telecomunicações organiza-se atualmente em quatro grandes subáreas, abrangendo a maioria das funções relevantes associadas ao processo de software e ao atendimento das necessidades dos usuários em termos de produtos e serviços de TI. Atua nas áreas de desenvolvimento de soluções (aplicativos), tendo se dedicado, até 2003, quase exclusivamente ao atendimento das áreas-meio do MEC (administração direta), passando, a partir desse ano, a desenvolver prioritariamente soluções para as atividades-fins da instituição.

Em termos de serviços, opera e mantém toda a Rede MEC e suas conexões com a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e com outras redes corporativas que se inter-relacionam com a do Ministério. Também dá suporte técnico a todos os equipamentos de TI (estações de trabalho, servidores, impressoras) da administração direta do MEC, dispondo de uma central de atendimento e de equipe preparada para resolver ou encaminhar convenientemente todos os problemas com equipamentos dos usuários.

A partir de 2003, a SAA estabeleceu três grandes desafios para a área de informática e telecomunicações:



- Voltar-se mais para o desenvolvimento e a implementação de soluções de TI para as atividades-fins do MEC
- Apoiar a migração do MEC para software livre
- Contribuir para a integração da TI do MEC à TI do governo federal.

4. OBJETIVOS E METAS

No exercício de 2005 a SAA teve sob sua responsabilidade direta a execução das seguintes Ações Administrativas:

4.1 Ação 2000: Apoio Administrativo

Esta ação tem como objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. Atende as áreas de manutenção de serviços administrativos e de serviços de transportes, manutenção e conservação de bens imóveis e ações de informática.

4.2 Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica

Esta ação consiste na concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. Tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

4.3 Ação 2010: Assistência Pré-Escolar

Esta ação consiste na concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93. Tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93

4.4 Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Esta ação tem como objetivo o pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e

empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.



4.5 Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Esta ação tem o objetivo de conceder, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, o auxílio-alimentação de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

4.6 Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

Esta ação tem como objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio de eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Tem por finalidade a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Para executar essas ações, no exercício de 2005, a SAA geriu créditos no montante de R\$ 248.451.432,68 distribuídos conforme classificações apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Créditos geridos pela SAA em 2005

1 – Pessoal – ativo e inativo	R\$ 159.944.851,94	64,38%
3 – Custeio	R\$ 81.924.128,61	32,97%
4 - Investimento	R\$ 6.582.452,10	2,65%
Total	R\$ 248.451.432,68	100,00%

Dentro dessa programação, o Quadro 3 apresenta a programação e execução das metas físicas e financeiras da SAA para as ações 2004; 2010; 2011; 2012 e 4572, no exercício de 2005.



Quadro 3 – Programação e execução das metas

	Meta Física		Meta Financeira		Executado	
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Física	Financeira
Ação 2004: Assistência médica e odontológica	7.505	3.482	2.420.857,00	4.074.248,00	46,40%	168,30%*
Ação 2010: Assistência pré-escolar	285	207	288.546,00	184.314,05	72,63%	63,88%
Ação 2011: Auxílio Transporte	1.215	1.271	1.695.770,00	1.449.533,51	104,61%	85,48%
Ação 2012: Auxílio Alimentação	1.340	1.489	3.390.078,00	2.562.855,64	111,12%	75,60%
Ação 4572: Capacitação de servidores públicos federais	2.093	784	470.000,00	295.185,90	37,46%	62,81%

*A meta financeira foi superada em relação ao previsto, sendo coberta com dotação orçamentária do programa de manutenção administrativa – Ação 2000

5. MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS POR CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVOS E SUPRIMENTO DE FUNDOS

A movimentação de recursos, por meio de cartões de crédito do Governo Federal e de suprimento de fundos, registraram em 2005, conforme dados extraídos do SIAFI, os seguintes valores:

- Saque – Cartão de Pagamento Governo Federal – R\$ 63.916,00
- Fatura – Cartão de pagamento Governo Federal – R\$ 47.205,71
- Outros controles do cartão de pagamento (TOTAL) - R\$ 11.121,71
- Suprimento de Fundos – R\$ 214.092,76

6. OUTRAS PROGRAMAÇÕES EXECUTADAS EM 2005

6.1 Gestão de Pessoas

No processo de realinhamento do Planejamento Estratégico da SAA realizado em dezembro de 2004 - visando definir a política de atuação da área de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação para o ano de 2005 - foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Desenvolver uma política de pessoal que possibilite a formação de quadros qualificados para o pleno desenvolvimento das metas e objetivos do MEC;
- b. Oferecer programas e ações que viabilizem o bem estar bio-psicosocial dos servidores no ambiente de trabalho nos aspectos preventivo e curativo;



- c. Criar cultura e clima organizacional que traga agilidade, clareza e comprometimento nas decisões e encaminhamentos dos processos administrativos pertinentes à gestão de pessoas;
- d. Implementar ações que promovam integração e motivação dos servidores do MEC;
- e. Promover maior articulação junto aos órgãos em questões pertinentes a gestão de pessoas ;
- f. Consolidar a posição de referência da área de gestão de pessoas para órgãos vinculados ao MEC e ao serviço público em geral;

Estes objetivos específicos foram agrupados em 02 (dois) programas:

I - Programa de Desenvolvimento da Gestão de Pessoas – englobando as letras “a”, “b”, “c” e “d” acima – por intermédio da definição de várias macro-ações visando articular projetos que tenham como referência a melhoria, racionalização e otimização das rotinas e do ambiente organizacional integrando habilidades e competências em articulação com os diversos setores do MEC;

II - Programa de Gestão do Conhecimento na Área de Recursos Humanos das Autarquias, Fundações e Instituições Federais de Ensino – letras “f” e “g” acima - com os objetivos de criar canais permanentes de comunicação direta com os dirigentes de RH das IFES para orientação e de troca de informações sobre a gestão de pessoas (carreira; política de desenvolvimento de servidores, legislação, normas e procedimentos) e de sedimentar a atuação da área como setorial, prestando assistência técnica de qualidade na gestão de pessoas, à rede de instituições vinculadas ao MEC.

Para atender suas competências, seus objetivos e os novos desafios propostos para a área de gestão de pessoas foram realizadas diversas ações em 2005 as quais estão resumidas nos Quadros 4 a 13.

Quadro 4 – Mapeamento e Análise das Competências dos Servidores

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Estruturação e implantação do Banco de Talentos e Competências, visando mapear a qualificação da força de trabalho dos servidores do MEC.	Maio - Dez	Em andamento – sendo operacionalizado pela CEINF – implantação prevista para maio de 2006



Quadro 5 - Subsídio ao debate da nova carreira específica para servidores do MEC

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Participação no Fórum da Carreira	Jan - Dez	Realizado.
Sistematização da proposta, discussão e encaminhamento ao MP	Jan - Dez	Proposta sistematizada, discutida e encaminhada. Aguardando deliberação do MP.

Quadro 6 - Identificação dos postos de trabalho, preparação e distribuição dos novos servidores – reposição e recomposição da força de trabalho

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Realização de concurso público para cargos do PCC	Jan - Dez	Foram chamados 408 novos servidores. Destes 290 foram empossados e já estão atuando nos órgãos para os quais foram distribuídos – continua em 2006
Estruturação e operacionalização de capacitação Introdutória - ambientação para novos servidores concursados.	Mar - Dez	290 novos servidores ambientados e distribuídos para os órgãos do MEC – continua em 2006.
Estruturação e operacionalização de sistema para levantamento do perfil profissiográfico dos novos servidores concursados que permita a alocação dos mesmos nas unidades de maior afinidade profissional	Mar - Dez	Implantado e em funcionamento – continua em 2006.
Estruturação de uma equipe específica para aplicação: - das avaliações de desempenho dos servidores: gestores, contratos temporários, estágios probatórios - das avaliações de cursos de capacitação.	Jun - Dez	Equipe em início de estruturação, em andamento as avaliações (gestores e servidores temporários) e de cursos realizados – continua em 2006.

Quadro 7 - Desenvolvimento de uma política de saúde do trabalhador

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Reestruturação e operacionalização da assistência à saúde - realização e participação em Oficinas de Interação	Fev - Dez	53 oficinas realizadas com público total: 9222 participantes – continua em 2006 Ampliação da força de trabalho da CAMS

Quadro 8 - Resgate de estudo ergonômico – realização de adequações ao espaço físico - modernização de programas, equipamentos e mobiliários

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Aquisição de equipamentos, mobiliário, programas e alteração da logística das coordenações.	Fev - Dez	-10 pedidos de materiais encaminhados aos órgãos responsáveis (05 atendidos) -reforma do espaço físico de todas as coordenações. -elaboração de programas informatizados, fluxos e rotinas internas.



Quadro 9 - Formação de quadros altamente qualificados (PAC)

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Estruturação, implantação e avaliação do Planejamento Estratégico Organizacional.	Jan - Dez	Realizado. Está em andamento o Planejamento para 2006.
Estruturação e operacionalização do Plano Anual de Capacitação	Abr - Dez	Planejamento participativo das atividades do PAC, envolvendo servidores e gestores. 53 cursos realizados (76% do previsto), 784 servidores capacitados (53% da força de trabalho do MEC), R\$ 219.852,23 investidos, 1564 horas horas de capacitação, 83% de satisfação dos participantes – continua em 2006
Reestruturação do Programa de Educação Básica - PEB	Abr - Dez	194 alunos inscritos, 119 alunos freqüentes, parceria com o centro de educação de jovens e adultos Verde Oliva (CESVO) para certificação, programa de inclusão digital, realização de semanas pedagógicas, participação dos professores no ciclo de oficinas pedagógicas da Secretaria de Educação do DF e em capacitações em linux, realização de vários projetos em parceria com a SECAD – continua em 2006

Quadro 10 - Promoção, integração e motivação dos servidores do MEC

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Estruturação de rede de agentes de desenvolvimento institucional	Out - Dez	Concepção e definição de estrutura da rede de ADS. Realização de 3 oficinas de sensibilização com os ADS. Projeto em estudo, para aprovação e implantação em 2006.
Reestruturação do Programa de Valorização dos Servidores - Criação de oficinas de integração e relações pessoais.	Jan - Dez	Realização dos eventos programados no calendário anual – continua em 2006 Realização de oficinas internas de leitura (CAMS e CETREMEC)



Quadro 11 - Mapeamento, análise e melhoria dos processos de trabalho - revisão e otimização dos fluxos e rotinas de trabalho

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Capacitação de servidores para atuarem como facilitadores e multiplicadores dos conceitos e Ferramentas de Análise e Melhoria de Processos, Elaboração de Indicadores de Desempenho, Qualidade e Desburocratização e Gestão por Projetos.	Mar - Dez	20% dos servidores da CGGP (26) capacitados e 18 multiplicações realizadas - continua em 2006.
Estruturação e acompanhamento de: - equipes de Análise e Melhoria de Processos (AMP) e Desburocratização - projetos gerais e específicos para melhoria dos fluxos de trabalho.	Abr - Dez	10 comissões estruturadas, 11 temas trabalhados e 35 projetos estruturados - continua em 2006.
Estruturação e operacionalização de um serviço de Ouvidoria Setorial de Gestão de Pessoas vinculada ao Ministério do Planejamento – MP.	Jan - Dez	Em funcionamento – sistema informatizado em teste - continua em 2006.
Estruturação e operacionalização de um centro de atendimento ao servidor do MEC.	Ago - Dez	- em andamento - continua em 2006.
Revisão, atualização, implementação e otimização de rotinas da CGGP disponíveis na IntraMEC.	Mar - Dez	18 serviços implantados em sistema "on line" – continua em 2006.

Quadro 12 - Reestruturação de atividades que auxiliem na capacitação dos dirigentes de RH das IFEs

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Preparação das IFE para a implantação da Carreira PCC TAE	Jan - Dez	90% a 100% das comissões de enquadramento e unidades de RH capacitadas para a 1ª e 2ª fase do enquadramento, 99% dos servidores das IFE incluídos no novo plano, 80% a 100% dos servidores enquadrados corretamente por tempo de serviço, 90% a 100% dos servidores enquadrados corretamente no nível de capacitação – continua em 2006.
Implantação do sistema CANAL CGGP	Jan - Dez	Implantado: 684.685 acessos até o presente momento - continua em 2006



Quadro 13 - Participação nas mesas nacionais e setoriais de negociação permanente

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Participação nas negociações com categorias de docente e técnicos administrativos das IFE (em greve)	Jan - Dez	Realizado. Continua em 2006.
Participação com representação na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira TAE.	Jan - Dez	Participação em 03 reuniões realizadas no ano, atuação no Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal das Instituições Federais de Ensino (realizado em Vitória/ES) e participação no Seminário sobre Carreira realizado pela UFSM em Santa Maria – RS – continua em 2006.
Participação em comissões temáticas (seguridade social /MP).	Jan - Dez	Representantes em 17 reuniões realizadas até o presente momento e participação da coordenação geral em 01 evento sobre saúde do trabalho realizado no Rio de Janeiro – continua em 2006.

6.2 Gestão de Recursos Logísticos

No realinhamento do Planejamento Estratégico da SAA realizado em dezembro de 2004 foram definidos os seguintes objetivos específicos para a área de recursos logísticos:

- a. Propiciar serviços de segurança patrimonial, humana e transporte;
- b. Propiciar serviços de divulgação interna e audiovisual;
- c. Propiciar serviços de manutenção e conservação (Predial);
- d. Propiciar suporte técnico e acompanhamento de serviços e obras;
- e. Manter e conservar a massa documental do MEC;
- f. Administrar o patrimônio do MEC;
- g. Propiciar ações com vistas à elaboração de contratos;
- h. Propiciar às unidades, processo de compras e serviços.

Para atender suas competências e seus objetivos foram realizadas diversas ações em 2005 as quais estão resumidas nos Quadro 14 e 15.



Quadro 14– Manutenção e Conservação Predial

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Reforma da Sala de Atos do 9º andar.	Jul - Dez	Concluída
Aquisição de mobiliários diversos, com vista à padronização.	Jun - Dez	Em execução Conclusão prevista para 2006
Substituição dos painéis, cortinas e persianas	Jun - Dez	Em execução Conclusão prevista para 2006
Substituição do forro e da iluminação do auditório do edifício Sede.	Jul - Nov	Estudo e projeto concluídos Execução prevista para 2006
Substituição de um resfriador de líquido do Sistema Central de Ar Condicionado dos Eds. do Anexo e Reforma, do tipo Retrofit, dos resfriadores de líquidos dos sistemas de ar condicionado do Ed. Sede e CNE	Jul - Nov	Estudo e projeto concluídos Execução prevista para 2006
Reforma dos banheiros e adaptação para deficientes físicos	Abr - Set	Concluída
Substituição das portas corta-fogo do térreo das escadas de emergência, implantação de bombas de pressurização para os hidrantes de prevenção e combate a incêndio.	Mai - Nov	Estudo e projeto concluídos Execução prevista para 2006
Substituição do Grupo Gerador de emergência, uma vez que o existente é obsoleto e deixa descoberto o CPD (<i>no-break</i>) do MEC.	Jul - Nov	Estudo e projeto concluídos Execução prevista para 2006
Reforma do Sistema de Ar Condicionado e limpeza dos dutos	Jan - Jul	Concluída
Recuperação de calçadas, gramados, jardins etc.	Jul - Dez	Em execução

Quadro 15 – Normatização de Fluxos e Rotinas

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Reformulação do Sistema Informatizado de Patrimônio, bem como normatização das movimentações de materiais, com a criação da unidade de catalogação e Sistema de Código de Barras para controle de materiais	Mai - Nov	Em execução
Implantação de Sistema Informatizado de acompanhamento dos serviços de Manutenção Geral	Fev - Nov	Em execução
Projetos de microfilmagem das Unidades: FNDE, CGGP e REMEC/RJ/SP	Mar - Dez	Concluído

Além das ações previstas no Planejamento Estratégico, outras ações relacionadas à manutenção e à conservação predial foram realizadas com vistas a atender as demandas surgidas ao longo de 2005; algumas dessas ações são operações rotineiras da área. Os Quadros 16 e 17 apresentam essas ações.



Quadro 16 – Ações não previstas no Planejamento Estratégico

Descrição	Situação/Resultados
Aquisição e Instalação de Quatro Gabinetes Odontológicas e Aquisição de Quatro Kits de Canetas Odontológicas para o Posto Médico	Em execução
Sistema de Exaustão p/ Casa de Máquinas dos Elevadores Ed. Sede e Ramal de Refrigeração para a Lanchonete do MEC	Concluído
Implantação das Lanchonetes no CETREMEC E CNE	Concluída
Construção de Sanitários, rampa de acesso e ampliação de calçadas para deficientes de locomoção, no CETREMEC	Em execução
Fornecimento e instalação de 12(doze) condicionadores de ar , do tipo "split" no Cetremec e Ed. Sede	Concluído
Reforma da Sala de Reunião da Secretaria Executiva	Concluída
Substituição do Revestimento de Fôrmica dos Halls dos Elevadores Sociais do 2º e 3º andar	Concluída
Renovação da pavimentação do corredor e hall dos elevadores do 2º andar do Ed.Sede	Em execução
Reforma dos Banheiros do Restaurante	Concluída
Atualização do Parque Tecnológico de Áudio e Vídeo	Concluída
Terceirização da Impressão, em parceria com a CEINF	Concluída
Reforma e Melhorias na Divisão de Processamento da Informação	Concluída
Remanejamento de Processos do FNDE	Concluído
Atualização no SIDOC dos processos com guarda no Arquivo Central até 1997	Em execução
Avaliação, seleção e Arquivamento de documentos de Órgãos Extintos em caixas Boxs.(depósitos 1 e 2)	Em execução
Transferência de Acervo Documental para o Ministério do Esporte	Concluída

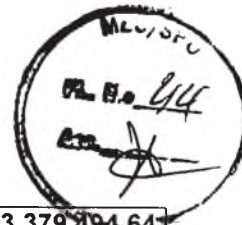
Quadro 17 – Ações rotineiras da CGRL realizadas em 2005

Descrição
Modificação de Layout
Substituição de Pisos
Adaptações de Dutos de Ar-Condicionado no Ed.Sede
Manutenção Elétrica e Hidrosanitárias
Manutenção de Elevadores
Manutenção de Ar-Condicionado
Controle do Consumo de Água e Energia Elétrica

Além das atividades previstas no planejamento, foi montada equipe e infra-estrutura completa para a criação da unidade setorial de compras e contratações do SIASG. A criação dessa unidade setorial descentraliza as atividades realizadas atualmente pelo Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, tendo o objetivo de otimizar o uso do sistema SIASG.

6.2.1 Gestão Patrimonial e de Estoque

Os Quadros 18 e 19 apresentam, respectivamente, os relatórios de movimentação patrimonial e de gestão do almoxarifado para o exercício 2005.



Quadro 18 - Relatório de Movimentação Patrimonial

Saldo Anterior a 01/01/2005		R\$ 23.379.494,64
Aquisição	Quantidade	Valor Total
- Compra / Cessão / Doação	4.023	3.394.617,09
Alienação	Quantidade	Valor Total
- Doação / Cessão	2.711	2.207.904,45
Valor Total		24.566.207,28

Quadro 19 -Relatório de Gestão do Almoxarifado

Considerações	Período	Valor (R\$)
Relatório Anual do Almoxarifado	01.01.2005 a 31.12.2005	1.437.772,07
Saldo Anterior	31.12.2004	1.131.175,22
Aquisições por compra	01.01.2005 a 31.12.2005	2.040.384,55
Entrada por meio de Doação	01.01.2005 a 31.12.2005	321.448,05
Entrada por meio de Transferência	01.01.2005 a 31.12.2005	19.050,00
Sub-total		3.512.057,82
Saídas por requisições	01.01.2005 a 31.12.2005	1.864.283,23
Saídas por doação	01.01.2005 a 31.12.2005	210.002,53
Saldo atual	31.12.2005	1.437.772,07

6.3 Gestão de Informática e Telecomunicações

No realinhamento do Planejamento Estratégico da SAA realizado em dezembro de 2004 foram definidos os seguintes objetivos específicos para a área de informática e telecomunicações:

- Prover as unidades do MEC de soluções em tecnologia da informação e comunicação que agilizem a tomada de decisão;
- Disseminar políticas para o uso de recursos tecnológicos no âmbito do MEC; e
- Garantir o alinhamento do MEC com as políticas do governo federal para a tecnologia da informação.

Para atender suas competências e seus objetivos foram realizadas diversas ações em 2005 as quais estão resumidas no Quadro 20.

É importante lembrar que a área de informática e telecomunicações tem desenvolvido seu plano de trabalho sempre alinhado às diretrizes do Governo para Tecnologia da Informação – TI e de forma a atender aos objetivos estratégicos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA.



Quadro 20 - Ações área em 2005

Descrição	Período de Execução (2005)	Situação/Resultados
Reestruturação Organizacional	Jan-Jul	Estrutura organizacional implantada – Definição de atribuições iniciada
Definição e Implementação de Políticas, Normas e Padrões	Jul - Dez	Transferida para 2006
Readequação do Parque Tecnológico da CEINF	Jan - Dez	Elaboração do Plano Global de Reequipamento efetivada
Readequação dos Contratos de Tecnologia	Jul - Dez	Transferida para 2006
Recomposição de Quadro de Pessoal	Jan - Set	Transferida para 2006
Recapacitação 2005	Jan - Dez	Elaboração do Plano Anual de treinamento em TI (PAC) efetivado – Execução pendente
Sistematização da Informação e do Conhecimento	Jan - Ago	Criado Boletim Informativo via e-mail (CEINF Comunicação) – 95% do catálogo de produtos e serviços da CEINF realizado – Criação do fórum interno previsto para 2006.
Migração para Software Livre	Fev - Dez	Implantação iniciada – Novas estações de trabalho livres previstas para 2006 – treinamento de usuários realizado
Implementação de telefonia IP e VoIP no MEC (VoIP-MEC)	Mai - Dez	VoIP disponibilizado para todas as áreas do MEC – Novas implantações previstas para 2006.
Implementação da INFOVIA no MEC	Mai - Jul	Projeto concluído (parte de infra-estrutura)

Além das ações apresentadas no Quadro 20, previstas no Planejamento Estratégico da SAA, vale ressaltar aquelas ações que se destacaram em 2005, tais como:

- Ações alinhadas com as diretrizes de Governo referentes À Educação para Todos:
 - SBA – vinculado ao programa Brasil Alfabetizado (MEC)
 - PROUNI – vinculado ao programa Universidade para todos (MEC)
 - Frequência Escolar – vinculado ao programa Bolsa-familia (MEC)

- Ações alinhadas com as diretrizes de Governo referentes à Migração para SWL:
 - Novos micros só com *software* livre – parte integrante do projeto de migração para SWL no MEC



- Ações alinhadas com as diretrizes de Governo referentes à Inclusão Digital:
 - Novo Portal do MEC – promovendo a acessibilidade
 - Treinamento em TI (PEB) – promovendo a capacitação dos servidores

7. INDICADORES DE GESTÃO

A SAA - Subsecretaria de Assuntos Administrativos apresentou alguns indicadores de gestão no ano de 2005, conforme mostrado a seguir:

7.1 Indicador: Economicidade (redução de valores) na modalidade de licitação Pregão

Objetivo: Verificar a economia alcançada nos processos licitatórios da modalidade Pregão

Parâmetros utilizados: Valor estimado para o processo licitatório, valor realmente licitado e a diferença entre esses dois valores (economia obtida).

Forma de Medição: $(\text{economia obtida}/\text{valor estimado}) \times 100$

Frequência: anual

Unidade: %

Responsável pelo cálculo/medição: CPL/SAA

Indicador alcançado em 2005 = $(6.106.661,32/17.666.531,88) \times 100 = 34,56\%$

7.2 Indicador: Participação da modalidade de licitação Pregão nos gastos totais em licitações (anos de 2003, 2004, 2005)

Objetivo: verificar qual a participação da modalidade Pregão nos gastos totais em processos licitatórios

Parâmetros utilizados: valores gastos em todos os processos licitatórios e valores gastos nos processos licitatórios usando o pregão

Forma de medição: $(\text{gastos (pregão)}/\text{gastos totais}) \times 100$

Frequência: Anual

Unidade: %

Responsável pelo cálculo/medição: CPL/SAA

Indicador (2003) = $(12.544.512,62/ 39.829.889,84) \times 100 = 31,49\%$

Indicador (2004) = $(16.767.601,59/ 45.495.778,21) \times 100 = 36,86\%$

Indicador (2005) = $(26.494.448,25/ 64.023.120,34) \times 100 = 42,38\%$



7.3 Indicador: Servidores capacitados em Software Livre

Objetivo: verificar o percentual de servidores que foram capacitados na utilização de SWL em 2005

Parâmetros utilizados: número total de servidores do MEC e número de servidores capacitados em SWL em 2005

Forma de medição: (número de servidores capacitados em SWL / número total de servidores)*100

Frequência: Anual

Unidade: %

Responsável pelo cálculo/medição: CEINF/SAA

Indicador alcançado em 2005 = $(260/1480)*100 = 17,5\%$

7.4 Indicador: Migração para Software Livre

Objetivo: verificar o percentual de máquinas que operam somente com SWL

Parâmetros utilizados: número total de máquinas no MEC e número total de máquinas operando somente com SWL.

Forma de medição: (número total de máquinas operando somente com SWL / número total de máquinas)*100

Frequência: Anual

Unidade: %

Responsável pelo cálculo/medição: CEINF/SAA

Indicador alcançado em 2005 = $(256/2326)*100 = 11\%$

8. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR AS DIFICULDADES

Em uma avaliação geral das ações especificadas neste relatório, pode-se afirmar que os objetivos macros da SAA foram concretizados, atingindo as metas traçadas para no ano de 2005. Pôde-se perceber, ainda, que pequenas ações foram adotadas para a correção das dificuldades.

Uma das principais dificuldades encontradas no âmbito da SAA é a carência de mão-de-obra, a qual foi minimizada pelo recente concurso realizado no ano de 2005, o problema não foi totalmente sanado, pois ainda faltam recursos humanos, bem como há uma necessidade de maior capacitação das pessoas do quadro de pessoal. Quanto às medidas adotadas para sanear tais dificuldades, os treinamentos oferecidos foram amplamente divulgados com o



objetivo que todos pudessem opinar por cursos, que ao mesmo tempo fossem de interesse do servidor e da Organização, buscando mitigar deficiências perenes da força de trabalho.

A área de gestão de pessoas, visando atender suas competências, seus objetivos e os novos desafios propostos para a área, realizou diversas ações, conforme planejado para 2005. Porém, pôde ser observada uma significativa demanda de serviços adicionais, em função da própria estrutura do Ministério da Educação - que, de acordo com o Decreto 4.791, de 21 de julho de 2003, conta com 128 instituições federais de ensino, três autarquias, duas fundações, dois institutos e uma empresa pública – pelo acompanhamento técnico-político da Mesa Nacional de Negociação Permanente e seus desdobramentos e em decorrência da implantação da carreira PCCTAE.

Todas as ações foram orientadas para reforçar os pontos fortes e para aproveitar as oportunidades de melhoria e inovação, sempre com a observação dos três eixos básicos: desenvolvimento das PESSOAS, racionalização dos PROCESSOS e melhoria do AMBIENTE de trabalho: físico e emocional. O objetivo macro foi de realizar um trabalho integrado, alegre, compartilhado e que gerasse cada vez mais resultados, com equipes afinadas, que buscassem atingir uma visão comum: tornar a área de gestão de pessoas referência no atendimento à educação brasileira.

As ações pertinentes à área de recursos logísticos também tiveram um desempenho dentro do planejado para o exercício, onde os objetivos delineados foram alcançados com êxito.

Já na área de informática e telecomunicações, o ano de 2005 foi de estruturação, investiu-se significativamente em infra-estrutura, licitou-se um novo contrato de prestação de serviços de TI e se promoveu uma completa reestruturação organizacional da área.

9. RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PROCESSOS DE SINDICÂNCIA

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 21/2006 em Sessão da 2ª Câmara, julgou as contas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, relativo ao exercício de 2003, regular com ressalva, dando-se quitados aos responsáveis no exercício de 2003.

Quanto as recomendações/providências solicitadas pela Secretaria Federal de Controle Interno no Relatório de Avaliação de Gestão da SAA, relativo ao período de 2004, sob o nº



160084, esta Subsecretaria apresentou os devidos esclarecimentos, bem como o plano de providências.

Quanto aos processos de sindicância, no exercício de 2005, foram instaurados 15 processos conforme apresentado no Quadro 21.

Quadro 21 - Relação dos Processos Administrativos e de Sindicância Instaurados no Exercício de 2005

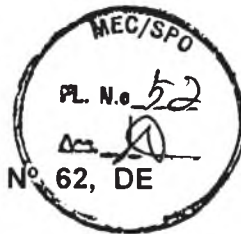
PROCESSO Nº	ASSUNTO	Nº E DATA PORT. DE DESIGNAÇÃO	Nº E DATA PORT. PRORROGAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
23000.009037/2005-11 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Susana Mendes Pereira	132 de 06/07/05		UnB	Encaminhado para perícia médica oficial para avaliação da necessidade de licença médica, se for o caso, aplicar o desconto.
23000.015276/2004-20 23000.006469/2005-71 (Anexo) (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Adjacy Gomes dos Santos Filho	133 de 06/07/05	149 de 02/08/2005 Portaria 167/2005 - Defensor Dativo	CGGP/CAPS/DIPAG	Encaminhado para efetuar cobrança dos valores recebidos indevidamente
	Reposição de servidor de contrato temporário - Adjacy Gomes dos Santos Filho	139 de 06/07/05	Tornada sem efeito - Portaria nº 142 de 18/07/05	CGGP/CAPS/DIPAG	Encaminhado para efetuar a cobrança dos valores recebidos indevidamente
23000.015356/2004-85 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Federica Campelo de Miranda	134 de 06/07/05	150 de 02/08/2005	CGGP/CAPS/GAB	Encaminhado para as providencias finais, p/ esclarecer a ausência da servidora.
23000.011778/2004-81 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - José Ferreira dos Santos Filho	135 de 06/07/05	147 de 02/08/05	CGGP/CAMS	Encaminhado para acompanhamento médico e social e posterior arquivamento
23000.011779/2004-26 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Helvécio França Soares	136 de 06/07/05		CGGP/CAMS	Encaminhado para que seja ouvida junta médica e esclarecer se os dias de ausência são justificados por necessidade de saúde
23000.011780/2004-51 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Adegilson Soares Chagas	137 de 06/07/05	148 de 02/08/2005	CGGP/CAMS	Encaminhado para acompanhamento médico e social e posterior arquivamento
23000.014867/2004-80 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Jadete Nóbrega	138 de 06/07/05		CGGP/CAPS	Encaminhado para apuração da frequência para que proceda aos acertos
23000.016752/2005-19 23000.011774/2000-70 (Anexo) Administrativo	Apuração de faltas não justificadas - Marcus Cezar Coelho Ferreira	172 de 24/09/05	187 de 21/10/05	CGGP/GAB	Encaminhado para avaliação médica pericial por junta especializada (HUB ou Polícia Civil) e demais providências
23000.022218/2005-33 (Administrativo)	Apuração de faltas não justificadas - Cristina Medeiros de Oliveira	209 de 20/12/05		CGGP/CAPS	Encaminhado para desconto referente às faltas e posterior arquivamento



Quadro 21 - Relação dos Processos Administrativos e de Sindicância Instaurados no Exercício de 2005 - Continuação

PROCESSO	ASSUNTO	Nº E DATA PORT. DE DESIGNAÇÃO	Nº E DATA PORT. PRORROGAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
23000.010844/2004-04 (Sindicância)	Desaparecimento de um aparelho de DVD	060 de 21/03/05	098 de 28/04/05	Arquivado	Concluído
23000.004609/2005-76 (Sindicância)	Desvio de material do MEC (alumínio)	072 de 06/04/05	104 de 09/05/05 *Reconduzido: 123 de 10/06/05	Arquivado	Concluído
23123.000793/2003-27 (Administrativo)	Suposto envolvimento de funcionária do MEC com esquema de regulamentação de curso superior	095 de 28/04/05	Retificado prazo p/ 60 dias e/ 20/05/05	Arquivado	Concluído
23000.020199/2005-19 (Sindicância)	Apuração de comportamento inadequado de servidor, referente ao fato ocorrido no Gabinete do Ministro.	197 de 07/11/05		SAA/GAB	Concluído
23000.009065/2005-39 (Sindicância)	Referente a danos em veículo oficial	208 de 20/12/05		SAA/GAB	Concluído
23123.001107/2005-05 (Sindicância)	Denúncia de irregularidades nas propostas de concessão de diárias e passagens – Oliveiros Rocha Gomes	171 de 22/09/05		SAA/GAB	Concluído. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar





10. ROL DE RESPONSÁVEIS, ART. 5º DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 62, DE 27/10/2004.

Segue relatório do Rol de Responsáveis da Unidade 150002, acompanhado da Declaração expedida pela Coordenação Geral, na forma do item III, art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 62, de 27 de outubro de 2004.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar as atividades relativas ao exercício de 2005, esta Subsecretaria de Assuntos Administrativos, com base no Realinhamento Estratégico de 2005, reafirma seu empenho na busca incessante da qualidade, com o objetivo de aplicar com eficiência, eficácia e economicidade os recursos públicos destinados a melhoria da qualidade dos serviços prestados a sociedade brasileira por este Ministério.

Esta gestão, no desempenho de sua missão, juntamente com os servidores deste Ministério, quer como agente público competente, no sentido daquele que recebe da lei o devido poder para o desempenho de suas funções, quer como cidadão brasileiro que vislumbra para o País melhores condições de vida, esteve vigilante quanto aos princípios que norteiam os atos e fatos administrativos, notadamente aqueles dispostos na Lei de Licitações e Contratos - LLC nº 8.666/93.

Resta-nos registrar, ainda, todo o esforço dispendido por toda a equipe da SAA, onde se encontram servidores abnegados no desempenho das responsabilidades atribuídas.

SAA, 24 de fevereiro de 2005.



Sylvio Petrus Júnior

Subsecretário de Assuntos Administrativos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento
e Orçamento - SPO



SUMÁRIO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3
1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO E NORMAS	3
1.1 Informações Gerais	3
1.2 Competências Legais e Regimentais	3
2. OBJETIVOS, METAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	7
2.1 OBJETIVOS E METAS	7
2.2 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	16
2.2.1 Síntese das principais atividades da CPS.	17
2.2.2 Síntese das principais atividades da CGO.	19
2.2.3 Síntese das principais atividades da CGF.	22
3. INDICADORES E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	25
3.1 DESCRIÇÃO DE INDICADORES E OUTROS PARÂMETROS	25
3.2 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	27
4. MEDIDAS IMPLEMENTADAS E A IMPLEMENTAR	31
4.1 Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC	32
4.2 Migração de sistemas para plataforma de software livre	33
4.3 ADEQUAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – 2004/2007 AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	34
4.4 ESTUDO SITUACIONAL RELATIVO ÀS EMENDAS PARLAMENTARES DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2003	35
4.5 NOVO MODELO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL PARA A SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	35
4.6 ESTUDOS SOBRE O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	36
5. DISCRIMINAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS	38
6. DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	41
7. RESULTADOS POR RENÚNCIA DE RECEITA PÚBLICA FEDERAL	43
8. DEMONSTRATIVO DE CARTÃO DE CRÉDITO	44
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45



SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO E NORMAS

1.1 Informações Gerais

Nome da Unidade Jurisdicionada: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO

Nº CNPJ: 00.394.445/0002-84

Natureza Jurídica: 1.8 – Órgão Público

Vinculação Ministerial: Ministério da Educação/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Endereço Completo: Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Ed. Anexo I, 1º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.047-900 - Telefone (61) 2104-8762 - Fax: (61) 2104-9168

Endereço da *home page* institucional: <http://www.mec.gov.br/spo>

Órgão: 26000 – Ministério da Educação - MEC

Unidade Gestora: 150014

1.2 Competências Legais e Regimentais

Para o desempenho das atividades de competência da SPO, previstas na Estrutura Regimental abaixo referida, incorpora-se o disposto na Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina em sistemas os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Integram o referidos sistemas os órgãos setoriais, que são as unidades de gestão interna dos Ministérios e ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica dos órgãos centrais de cada sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.



A *Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO* passou a integrar a Estrutura Regimental do Ministério da Educação - MEC em 1995, a partir da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, que determinou, no seu Art. 15 “Haverá na estrutura básica de cada Ministério Civil:

I - Secretaria Executiva, exceto no Ministério das Relações Exteriores;

II - Gabinete do Ministro;

III - Consultoria Jurídica, exceto no Ministério da Fazenda;

IV - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

V - Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Dessa forma passou a abranger, no âmbito do Ministério da Educação, à época Ministério da Educação e do Desporto, parte das atribuições da então Secretaria de Administração Geral, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal, Modernização Administrativa, Orçamento, Programação Financeira, Pessoal Civil, Serviços Gerais e de Administração de Recursos de Informação e Informática.

Em 1996, por meio do Decreto nº 1.917, a SPO passou a integrar, definitivamente, a estrutura regimental do MEC, na esfera da Secretaria Executiva, como segue:

(...) Art. 2º O Ministério da Educação e do Desporto tem a seguinte Estrutura Organizacional:

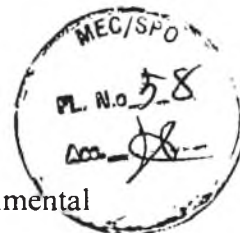
I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva:

1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

2. *Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.*



As atividades desempenhadas pela SPO estão previstas na Estrutura Regimental aprovada por meio do Decreto n.º. 5.159, de 28 de julho de 2004, que determina:

(...) Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas referidos no inciso I, informando e orientando os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério e submetê-los à decisão superior;

IV - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério;

V - monitorar e avaliar as metas e os resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais, em articulação com as Secretarias da Administração Direta, Autarquias, Empresa e Fundações do Ministério; e

VI - realizar tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa e perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

As atividades da SPO estão direcionadas ao atendimento de 133 Unidades Orçamentárias, vinculadas ao Ministério, quais sejam:

- 03 Unidades da Administração Direta do MEC
- 35 Escolas Técnicas Federais / Centros Federais de Educação Tecnológica
- 53 Universidades Federais
- 36 Escolas Agrotécnicas Federais
- 06 Outras Entidades Supervisionadas pelo MEC



Desenvolve, para a consecução de seus objetivos, forte interação com os Ministérios da Fazenda – MF; do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; com as Secretarias do Tesouro Nacional – STN/MF, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP e Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP; entre outros Órgãos, bem como, promove e facilita o acesso e o fluxo de informações entre os órgãos integrantes da estrutura organizacional do MEC, em nível central e descentralizado, com os Sistemas Estruturantes do Governo (Sistema de Orçamento Federal – SIDOR; Sistema Integrado de Administração de Pessoal Civil – SIAPE; Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG; Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPLAN; Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF, Sistema de Administração Financeira – SIAFI).



2. OBJETIVOS, METAS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2.1 OBJETIVOS E METAS

No que se refere à Política de Educação - 1067, previsto na LOA, e das ações administrativas contidas no seu plano de ação, cabe a SPO coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

A sua principal finalidade é, portanto, apoiar o planejamento, a avaliação e o controle das ações de modo a facilitar o alcance das metas previstas nas respectivas ações, descritas abaixo, bem como de todos os programas do Ministério da Educação.

Ação: 09DH - Apoio à Qualificação do Sistema de Ensino Médio

Finalidade (objetivo): Apoiar os sistemas de ensino e as escolas de ensino médio quanto ao desenvolvimento de ações voltadas à melhoria e aprimoramento de procedimentos de gestão escolar e instrumentalizar técnica e politicamente as equipes diretoras das escolas para a competente execução da ação gestora pela discussão da legislação pertinente e de elementos de gerenciamento, consolidando os eixos norteadores da Política para a Educação Básica, a saber: acesso e permanência na escola, gestão democrática do sistema de ensino e qualidade social da educação.

Descrição (ações administrativas): Apoio técnico, financeiro e pedagógico aos sistemas de ensino efetivados pelo desenvolvimento de ações voltadas para o trabalho administrativo-pedagógico dos gestores na forma de debates, encontros regionais, produção e difusão de material informativo.

Ação: 09HK - Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Finalidade (objetivo): Desenvolver modelos gerenciais visando à melhoria da capacidade das Secretarias Municipais de Educação de forma que priorizem a gestão democrática nos sistemas de ensino e a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos.

Descrição (ações administrativas): Esta ação será realizada junto às Secretarias Municipais de Educação, ou conjunto de Secretarias de municípios de pequeno e médio



porte da região do semi-árido brasileiro e/ou que possuam indicadores de qualidade que revelam uma realidade de comprometimento da qualidade da educação. As ações serão voltadas para o desenvolvimento e implementação de modelos de desenvolvimento gerencial pelas Secretarias Municipais de Educação, com participação popular nas diversas etapas. As ações serão realizadas por meio do aperfeiçoamento do processo de planejamento e estruturação das funções estratégicas, da modernização administrativa e da aquisição de equipamentos para as Secretarias. Serão voltadas, igualmente, para a criação de um sistema de informações gerenciais no que se refere ao monitoramento de indicadores educacionais, de abandono e evasão, que indiquem, em tempo real, o problema para implantação de ações corretivas. O monitoramento ocorrerá por meio de uma sala de situação que detectará a condição do aluno infreqüente. Por fim, será fomentada a realização de Conferências Municipais de Educação que visem ao debate e avaliação da situação educacional no município propondo ações estratégicas para a melhoria da qualidade de ensino.

Ação: 11T3 - Estudos e Pesquisas para o Aprimoramento da Política Educacional

Finalidade (objetivo): Apoiar o Ministério da Educação na preparação do II Empréstimo Programático de Reformas para o Setor Humano através do aperfeiçoamento da capacidade de ação institucional do seu Órgão de Planejamento Setorial.

Descrição (ações administrativas): Realização de dois estudos: 1) pesquisa de assistência técnica para o reordenamento institucional, reconfiguração de processos, redefinição de estratégias, e capacitação da Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) em metodologias de planejamento e monitoramento de políticas educacionais (a equipe da CPS deverá atuar como agente multiplicador destas metodologias junto às diretorias de planejamento das demais secretarias do ministérios); 2) estudo detalhado e abrangente sobre as fontes de financiamento da Educação no Brasil destacando as peculiaridades advindas da co-responsabilidade entre Estados, Municípios e União, apontando as conseqüências desta co-responsabilidade, incluindo uma análise comparativa internacional e propostas alternativas para a questão do financiamento da Educação.



Ação: 11T4 - Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais Órgão

Finalidade (objetivo): Implantar uma cultura de planejamento e gerenciamento, baseada em resultados, criando mecanismos de monitoramento e avaliação permanente da efetividade das políticas educacionais, que produzam informações oportunas e confiáveis para subsidiar os gestores na racionalização da aplicação dos recursos públicos e no aperfeiçoamento das estratégias utilizadas.

Descrição (ações administrativas): Desenvolvimento de metodologia de gestão que possa oferecer recursos mais ágeis e eficazes para o processo de decisão política, que permita: 1) avaliar as políticas implementadas pelo Ministério da Educação quanto ao foco e efetividade; 2) desenhar modelo do sistema de monitoramento e avaliação por resultados; 3) definir as especificações do sistema informacional de monitoramento; 4) avaliar e consolidar o sistema de monitoramento implementado; e, 5) implantar uma unidade de monitoramento capacitada para o gerenciamento e implementação da metodologia criada.

Ação 12C6 - Aquisição e Reforma do Edifício-Sede do FNDE

Finalidade (objetivo): Adquirir o terreno e construir o edifício-sede do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

Descrição (ações administrativas): Aquisição de terreno em áreas destinadas a órgãos públicos para construção do edifício-sede do FNDE, com área construída prevista de 22.000 m². O edifício-sede necessita ter estrutura capaz de abrigar todas as suas unidades internas, seus servidores e prestadores de serviço, bem como área apropriada para seu parque de informática, espaço para arquivo (estimado em 2.000 m²), auditório para cerca de 1.000 pessoas, biblioteca e garagens internas (pelo menos dois subsolos destinados para este fim).

Ação: 2014 - Gerenciamento da Política Nacional de Educação

Finalidade (objetivo): Desenvolver ações decorrentes da própria competência do Conselho Nacional de Educação para exercer as funções normativas, deliberativas e de assessoramento do Ministro da Educação, objetivando zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.



Descrição (ações administrativas): Realização de reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Educação, a cada dois meses e de suas Câmaras, mensalmente, para deliberação sobre matérias de sua competência; realização de reuniões extraordinárias, sempre que convocado pelo Ministro de Estado da Educação.

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Finalidade (objetivo): Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição (ações administrativas): Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Ação: 4000 - Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais

Finalidade (objetivo): Elaborar e divulgar informações estatístico-educacionais de forma ágil e fidedigna, ajustada a diferentes perfis de público, como instrumento básico de avaliação, planejamento e auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas educacionais.

Ação: 4000 - Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais

Finalidade (objetivo): Elaborar e divulgar informações estatístico-educacionais de forma ágil e fidedigna, ajustada a diferentes perfis de público, como instrumento básico de avaliação, planejamento e auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas educacionais.



Descrição (ações administrativas): Produção de informações educacionais mediante publicações impressas e em meio magnético, além do desenvolvimento, atualização e manutenção de base de dados e promoção de eventos.

Ação: 4021 - Sistema Integrado de Informação Educacional – SIED

Finalidade (objetivo): Subsidiar, com dados estatísticos atualizados e análises, a elaboração, implementação e monitoramento das políticas educacionais, facilitando o acesso e a utilização de informações estatísticas.

Descrição (ações administrativas): Monitoramento, manutenção e aprimoramento de um sistema de informação integrado, desenvolvido em módulos, por meio da padronização das bases de dados do INEP, permitindo maior controle da qualidade das informações.

Ação: 4029 - Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação

Finalidade (objetivo): Contribuir para a melhoria da gestão da contribuição social do Salário-Educação, de forma a garantir a eficiência e a eficácia dos processos de arrecadação, fiscalização, cobrança e controle, que têm por escopo o incremento da arrecadação e o combate à fraude e à sonegação fiscal, além de possibilitar a correta repartição e a regular aplicação dos recursos.

Descrição (ações administrativas): Essa Ação de Governo permitirá ao FNDE o cumprimento de parcela considerável de sua missão institucional, qual seja, a de administrar a contribuição social do Salário-Educação e de orientar e inspecionar a regular aplicação dos recursos transferidos aos Estados, Municípios e Organizações Não-Governamentais. Participam desse processo outros órgãos e entidades do Governo Federal que, em parceria com o FNDE, auxiliarão na tarefa de arrecadação, fiscalização, cobrança e controle do Salário-Educação, bem assim de orientação e inspeção quanto a regular aplicação dos recursos do Salário-Educação.

Ação: 4081 - Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância

Finalidade (objetivo): Garantir a manutenção da Secretaria de Educação a Distância - SEED, por meio do suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a esta modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEED, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação fundamental.



Descrição (ações administrativas): Suporte técnico-administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEED, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico, até avaliação e controle das ações de ensino a distância.

Ação: 4082 - Gerenciamento das Políticas da Educação Especial

Finalidade (objetivo): Garantir a manutenção da Secretaria de Educação Especial - SEESP, por meio do suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a esta modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEESP, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação especial.

Descrição (ações administrativas): Suporte técnico-administrativo às ações-fim desenvolvidas pela SEESP, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico até avaliação e controle das ações desta modalidade de ensino.

Ação: 4083 - Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior

Finalidade (objetivo): Garantir a manutenção da Secretaria de Educação Superior do MEC, por meio do suporte ao planejamento, à formulação de políticas, à avaliação e ao controle das ações pertinentes ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, no seu âmbito de atuação, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação superior.

Descrição (ações administrativas): Suporte técnico-administrativo às ações-fim desenvolvidas pela Secretaria de Educação Superior do MEC, envolvendo desde assessoria no desenvolvimento de planos educacionais e acompanhamento técnico até avaliação e controle das ações do ensino de graduação, pesquisa e extensão.

Ação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade (objetivo): Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.



Descrição (ações administrativas): Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Finalidade (objetivo): Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição (ações administrativas): Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Ação: 6294 - Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável

Finalidade (objetivo): Melhoria na formulação e implementação de políticas públicas e preparação para o mercado de trabalho de jovens e adultos de organizações governamentais e não-governamentais.

Descrição (ações administrativas): Promoção de debates com as universidades e a cidadania; identificação e promoção de programas de formação profissional e universitária e ampliação das ofertas de estágio.

Ação 6334 - Preparação para Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Finalidade (objetivo): Promover discussões com as equipes envolvidas nos estados e municípios para a implantação da nova sistemática de atendimento do FUNDEB, principalmente as das Secretarias Estaduais de Educação, de Fazenda e de Planejamento, bem como os Conselheiros que atuarão no fundo e mais os Tribunais de Contas dos Estados e o Ministério Público.

Descrição (ações administrativas): Promoção de eventos, como fóruns, seminários e encontros técnicos, para discussão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da



Educação Básica, com as Instituições Públicas envolvidas e com a Sociedade Civil Organizada.

Ação: 6336 - Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais

Finalidade (objetivo): Implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Descrição (ações administrativas): A ação será realizada por intermédio de assistência técnica, com orientações sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação, mediante cursos para sensibilização e capacitação de equipes gerenciais e conselhos vinculados à educação nos Estados e Municípios. Além disso, a SEF desenvolverá um processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução de programas e projetos educacionais, conveniados com o MEC, mediante manuais e instrumentos técnicos que orientem o replanejamento da união e dos entes federados.

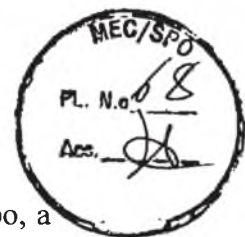
Ação: 6906 - Projetos Municipais para a Educação de Crianças de até 6 Anos de Idade

Finalidade (objetivo): Atender técnica e pedagogicamente aos municípios, capacitando suas equipes técnicas, para que eles formulem políticas para a educação de crianças de até 6 anos de idade.

Descrição (ações administrativas): Capacitação das equipes técnicas das secretarias de educação dos municípios, visando a formulação da política municipal de educação de crianças de até 6 anos de idade.

Ação: 8233 - Levantamentos Especiais na Educação Básica

Finalidade (objetivo): Obter dados educacionais conforme demanda ou tipo de dados, devidamente tratados, que subsidiem o planejamento dos gestores e a formulação de políticas públicas.



Descrição (ações administrativas): Obtenção de dados educacionais definindo: o tipo, a forma de coleta, a organização de banco de dados, para que produzam informações necessárias à gestão e a formulação de políticas públicas.

Ação: 8241 - Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Finalidade (objetivo): Garantir a manutenção da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade - SECAD, por meio do suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a esta modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SECAD, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de alfabetização e inclusão educacional.

Descrição (ações administrativas): Apoio logístico à execução do Programa; viabilização de estrutura que permita análise, acompanhamento e avaliação dos projetos de contrapartida em ações sócio-educativas enviados pelas Prefeituras; análise e cruzamento dos dados cadastrais, manutenção de banco de dados estatísticos e indicadores socioeconômicos; realização periódica de compatibilização entre os cadastros de famílias beneficiárias feitos pelos municípios e as demais informações disponíveis sobre os indicadores econômicos e sociais de cada localidade; convênio, contratos e acordos com fundações, instituições, organismos nacionais e internacionais visando a pesquisa, auditoria, avaliação e fiscalização

Ação: 8255 - Gerenciamento das Políticas da Educação Profissional

Finalidade (objetivo): Promover a realização de estudos e pesquisas educacionais que tenham por objetivo consubstanciar a implementação das políticas públicas preconizadas pelo Ministério da Educação para Educação Profissional. Garantir a manutenção e o suporte aos meios e às ações necessários à execução de iniciativas, no âmbito de atuação da Secretaria de Educação Tecnológica do MEC.

Descrição (ações administrativas): A ação será executada através da realização de estudos, pesquisas e avaliações que visem a subsidiar a Secretaria de Educação Tecnológica, os sistemas de ensino, os estados e o DF, na formulação de políticas para a expansão e melhoria do Ensino Profissional. Manutenção da Secretaria de Educação Tecnológica do MEC, por meio do suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle



das ações pertinentes a este nível de ensino com vistas ao aprimoramento da Política Nacional de Educação Profissional.

Ação: 8373 - Gerenciamento das Políticas da Educação Básica

Finalidade (objetivo): Garantir a manutenção da Secretaria de Educação Básica - SEB, por meio de suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio, no âmbito de atuação da SEB, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação básica.

Descrição (ações administrativas): Suporte técnico e administrativo às ações finalísticas desenvolvidas pela SEB, envolvendo assessoria no desenvolvimento de planos educacionais, acompanhamento técnico, avaliação e controle das ações da educação básica.

Ação: 8673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores

Finalidade (objetivo): Realizar estudos para a elaboração e aperfeiçoamento dos indicadores dos Programas do Órgão, de forma a permitir a avaliação do resultado dos programas.

Descrição (ações administrativas): Realização de estudos com vistas a elaborar e aperfeiçoar indicadores de resultado para os programas do Órgão, a partir de dados e estatísticas produzidas por instituições reconhecidas e de informações próprias.

2.2 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A atuação da Subsecretaria é de natureza intensa, o mesmo ocorrendo no exercício de 2005. Manteve o atendimento eficaz em todas as suas atribuições, tendo realizado a sua programação e execução orçamentária, bem como atendido as necessidades de recursos orçamentários e financeiros, destinados aos pagamentos das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de Custeio e Capital, e ainda da Dívida e Contribuições, de todas as Unidades do MEC.

Para poder cumprir com estes compromissos, seguiu rigorosamente os instrumentos legais que estabelecem as normas e limites disponíveis, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual 2004/2007, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Decreto de Programação Financeira nº 5.379/2005 e suas alterações, entre outros.



A estrutura da SPO é composta de três coordenações gerais para atender aos Órgãos Centrais – SPI, SOF e STN - em suas determinações, em que alcançou desempenho pleno, conforme relatado a seguir.

2.2.1 Síntese das principais atividades da CPS.

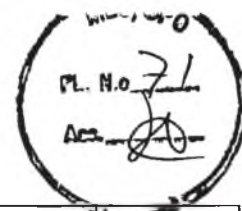
A Coordenação-Geral de Planejamento Setorial – CPS realizou, em 2005, em articulação com as demais Unidades do MEC, a revisão do PPA 2004/2007, apresentado ao Congresso Nacional em agosto. Tal revisão propiciou um ajuste fino nos Programas que haviam sofrido substancial mudança no ano anterior.

Segue a relação dos Programas e respectivas Unidades responsáveis pela sua implementação:

Programa	Unidade	Unidades Responsáveis
1060- Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	SECAD	INEP e FNDE
1061 – Brasil Escolarizado	SEB	Colégio Pedro II, INEP e FNDE
1065 – Desenvolvimento da Educação Infantil	SEB	FNDE
1067 - Gestão da Política de Educação	SEXEC	SEB, SECAD, SETEC, SESU, SEESP, SEFD, CNE, SPO, INES, IBC, Colégio Pedro II, CEFETs, ETF, EAF, IFES, INEP, CAPES, FUNDAJ e FNDE
1072 - Valorização e Formação dos Professores e Trabalhadores da Educação	SEB	SEED, SECAD, FNDE
1374 - Desenvolvimento da Educação Especial	SEESP	INES, IBC e FNDE
1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	SEB	Colégio Pedro II, IFES e FNDE
1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio	SEB	Colégio Pedro II, IFES, CEFETs e FNDE
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	SETEC	INES, CEFETs, ETF, EAF, IFES, INEP, FUNDAJ e FNDE, e MTE, MME e MAPA
1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	CAPES	IFES, INEP e CEFETs, e MP e MMA
1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania	SECAD	FNDE, e MinC
1073 - Universidade do Século XXI	SESU	INES, IBC, IFES, INEP, CAPES e CEFETs, e MP e MDIC

Segue, também, a relação de Programas de outros órgãos nos quais o MEC executa ações:

Programa	Órgão	Ações	Unidade Responsável
0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	SEDH	001S Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	SECAD
0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	MJ	0948 Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena 0970 Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena 09DX Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena	SECAD
0154 – Direitos Humanos, Direitos de Todos	SEDH	6298 Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco	SECAD
0167 - Brasil patrimônio Cultural	MinC	4013 Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos	FUNDAJ
0168 – Livro Aberto	MinC	6417 Difusão do Conhecimento por meio de Livros, Revistas, Vídeo e Multimídia	FUNDAJ



0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MCT	8667 Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	IFES
0465 - Sociedade da Informação	MCT	4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	ADM. DIRETA
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	MRE	0057 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI 0145 Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA 0153 Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	SPO
		0321 Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP 0325 Contribuição à Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade - AIUTI 0328 Contribuição à Asociación de Universidades Grupo Montevideo - AUGM 0329 Contribuição à Association Columbus 0332 Contribuição à International Association of University Presidents - IAUP 0333 Contribuição à National Fluid Power Association - NFPA 0334 Contribuição à Organização Universitária Interamericana - OUI 0342 Contribuição à Unión de Universidade de América Latina - UDUAL 0440 Contribuição à Associação de Universidades da América Latina e Caribe para a Integração - AUALCPI 0444 Contribuição à Associação das Universidades do MERCOSUL - ARCAM 0445 Contribuição à Associação Internacional de Reitores Universitários (AIRU) 0449 Contribuição à International Association of Universities - IAU	ADM. DIRETA IFES
0797 - Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas	MP	6297 Estudos e Pesquisas Socioeducativas	FUNDAJ
1112 - Difusão e Popularização da Ciência	MCT	6338 Promoção de Feiras de Ciências e Tecnologia	SEED
1142 - Engenho das Artes	MinC	6433 Promoção e Intercâmbio de Eventos Educacionais e Culturais	FUNDAJ
1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	MS	2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	UFRN
1336 - Brasil Quilombola	SEPPIR	0974 Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos 09CG Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos 09CJ Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	SECAD

Foi implantado o Modelo de Gestão do PPA do MEC, definido na Portaria nº 4.601/2005, que atribui responsabilidades pelos Programas e respectivas ações aos Gerentes de Programas, os Gerentes Executivos e os Coordenadores de Ações em todas as unidades orçamentárias e gestoras do MEC, em atendimento ao Decreto nº 5.233/2004, concernente às normas de gestão do PPA 2004/2007. Nesta mesma Portaria, a SPO é designada a exercer as funções de Unidade de Monitoramento e Avaliação, com a finalidade de apoiar a elaboração dos planos gerenciais dos programas, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob a responsabilidade do Ministério.

Especial destaque para a implantação plena do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC – SIMEC, destinado a ser o instrumento de gestão dos programas e ações do Plano Plurianual sob a responsabilidade do Ministério, funcionando, também como alimentador do SIGPLAN do Ministério do Planejamento.



Foram, ainda, ao longo do segundo semestre, realizados seis estudos, por consultores externos, sobre o financiamento da Educação no Brasil e que servirão de balizamento para o rumo das políticas de investimentos em Educação, estudos estes melhor detalhados no item 4.6 *Estudos sobre Financiamento da Política de Educação*.

2.2.2 Síntese das principais atividades da CGO.

A Coordenação-Geral de Orçamento teve seu desempenho atrelado às determinações orçamentárias que regem o panorama nacional, como apresentado a seguir.

2.2.2.1 Elaboração da Proposta Orçamentária:

- Distribuição dos limites orçamentários às unidades do MEC.
- Consolidação e análise das propostas orçamentárias dessas Unidades.
- Encaminhamento da proposta orçamentária a Secretaria de Orçamento Federal.

Subsídios:

- Sistema de Acompanhamento de Operações de Créditos (SAOC): agrega os contratos de dívidas externas e internas, bem como, previsão de novos contratos no decorrer do exercício. Esses dados foram utilizados para elaboração do PL/2006.
- Análise nas projeções das receitas próprias das Unidades orçamentárias e posterior encaminhamento a SOF para definição dos valores estimados para o exercício.
- Análise das propostas da UOs, com relação às despesas de custeio, investimentos e outras, com base na última LOA, considerando a necessidade de expansão de dotações.
- No caso das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, os limites foram distribuídos obedecendo às regras de uma “Matriz”, estabelecida em consenso pelos Conselhos representativos dessas IFES.
- As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são definidas em função dos parâmetros de execução do ano anterior, por meio do acompanhamento realizado por intermédio dos Sistemas SIAPE e SIAFI, de acordo com as diretrizes da LDO.



2.2.2.2 Créditos Adicionais

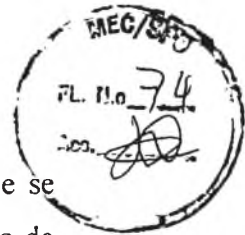
- A SOF estabeleceu, por meio de Portaria, os procedimentos e prazos para as solicitações de créditos adicionais, das Unidades vinculadas ao MEC.
- Em 2005 as solicitações de créditos foram realizadas em 3 períodos distintos: abril, setembro e novembro/2005.
- Foi feita uma análise, por parte dos técnicos da CGO, nas solicitações de créditos encaminhadas pelas UOs, dando enfoque nas regras estabelecidas pela Portaria de créditos.
- Encaminhamos as propostas de créditos adicionais a SOF para análise e posterior deferimento.
- Acompanhamento das votações pelo Congresso Nacional, das propostas de créditos encaminhadas pelo Poder Executivo.
- Gestões junto aos órgãos competentes, em relação às alterações solicitadas na LOA/2005, cuja autorização é de competência do Poder Executivo.

2.2.2.3 Sistema de Acompanhamento de Operações de Créditos – SAOC.

- Envolve as Secretarias do MEC e as Unidades HCPA e FNDE, gestoras de Programas e Projetos financiados com recursos de operações de créditos internas e externas.
- A CGO fez uma análise dos documentos encaminhados por essas Unidades, contendo as previsões com desembolso, ingressos e contrapartidas de todos os contratos de operações de créditos.
- Posteriormente a Coordenação-Geral de Finanças, por intermédio da sua Coordenação de Dívida, encarregou de fazer o preenchimento dos formulários no SAOC, para posterior encaminhamento à SOF, dentro dos prazos estabelecidos por lei.

2.2.2.4 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

- O Acompanhamento dessas despesas é feito por meio do Sistema SIPES/SIDOR, que extrai dados do Sistema SIAPE, que contém as informações disponibilizadas pelas Unidades Orçamentárias.



- Após a consolidação dessas informações, a CGO faz uma análise dos dados e se necessário propõe alterações. Essas propostas são encaminhadas à SOF por meio da ferramenta “gera tipo”.
- A CGO faz o acompanhamento e as projeções mensalmente, das despesas com professores substitutos e benefícios aos servidores (alimentação, transporte e creche). Isto é feito por intermédio de planilha no Excel, com dados extraídos pelo SIAPE e SIAFI, de forma a controlar as necessidades de créditos adicionais.

2.2.2.5 Acompanhamento e homologação de Sentenças Judiciais.

- É feito utilizando-se os dados do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, SICAJ/SIAPE.
- Trata de Sentenças que necessitam o cancelamento da homologação, para que as Unidades processem as alterações necessárias ao longo do exercício.
- A CGO faz uma análise das planilhas encaminhadas pelas Unidades do MEC, contendo as projeções da arrecadação das receitas próprias para o próximo exercício.
- Após a consolidação dessas receitas próprias, os dados são encaminhados para a SOF, que encarregará de definir o valor final.

2.2.2.6 Distribuição dos limites orçamentários

- Os Decretos de programação financeira, estabelecem, no início do exercício, os limites para movimentação e empenho.
- Estes limites, fixados para o Ministério, necessitam serem distribuídos pelas Unidades Orçamentárias e/ou Gestoras vinculadas.
- Esta distribuição ocorre no âmbito do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, em acordo com as diretrizes Ministeriais.

2.2.2.7 Acompanhamento e proposição dos limites internos com verbas de diárias e passagens

- Decorre da necessidade de ajustar limites globais estabelecidos no âmbito do Poder Executivo para o Ministério da Educação decorrente de Decreto ou Portaria Interministerial.



- Os limites definidos para as Unidades Orçamentárias e/ou Gestoras são publicados por intermédio de Portaria.
- Utilizam-se como parâmetros para definição dos limites iniciais os gastos efetuados em exercícios anteriores.
- Considera-se também para a definição destes limites iniciais a importância das ações desenvolvidas por cada unidade orçamentária e/ou gestora do Ministério.
- Promovem-se ajustes durante o exercício observando o comportamento da execução.

2.2.3 Síntese das principais atividades da CGF.

A Coordenação Geral de Finanças - CGF, no Exercício de 2005, desempenhou um rol extenso e intenso de atribuições, no tocante ao Acompanhamento e Elaboração da Programação Financeira, da Execução Orçamentária e Financeira e Contábil, inclusive da dívida Interna e Externa, para atender as Unidades do MEC, conforme discriminado abaixo:

2.2.3.1 Programação Financeira

- Acompanhamento e apuração dos Restos a pagar para posterior liberação
- Acompanhamento dos limites de saque nas Unidades
- Conciliação diária do caixa da UG 150014
- Acompanhamento e atualização da Programação Financeira
- Apuração de OCC para a liberação de créditos orçamentários e recursos financeiros às Unidades Orçamentárias
- Acompanhamento dos Gastos com Diárias e Passagens
- Apuração da arrecadação de Receitas Próprias das Unidades
- Acompanhamento mensal das dívidas referentes às despesas de Manutenção básica das Unidades (Telefonia, Água e Esgoto, Limpeza e Conservação, Vigilância e Energia Elétrica)
- Programação financeira referente aos pagamentos da Dívida Interna e Externa do Ministério
- Análise dos relatórios emitidos mensalmente pelos agentes financeiros
- Monitoramento do Agente Pagador - Banco do Brasil



- Conferência da programação financeira emitida pela Coordenação Geral da Dívida, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN
- Levantamento dos dados técnicos para registro no Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito - SAOC
- Encaminhamento de dados de Operações de Crédito para preparação da Proposta Orçamentária de 2005
- Controle dos Registros de Operações Financeiras - ROF's, para orientação às Unidades
- Estruturação do Banco de Dados com os históricos financeiros da Dívida Pública Interna e Externa
- Gerenciamento Financeiro dos Contratos de Operações de Crédito Não Reembolsáveis
- Conferência das compatibilidades entre Resoluções do Senado Federal, cláusulas contratuais, ROF's, cronogramas de amortização dos credores e esquemas de pagamento gerados pelo Bando do Brasil

2.2.3.2 Execução Orçamentária e Financeira

- Liberação dos Créditos Orçamentários referentes a Outros Custeios e Capital
- Liberação financeira de Outros Custeios e Capital
- Liberação financeira da Folha de Pagamento de Pessoal
- Liberação financeira para Pagamento da Folha Suplementar
- Acompanhamento da Folha de Pessoal e liberação dos benefícios
- Promoção da conformidade diária e documental, no SIAFI
- Pagamento da Dívida Interna e Externa e das Contribuições a organismos Internacionais e Acordos de Empréstimo

2.2.3.1 Contabilidade

- Acompanhamento das contas contábeis com restrições, por meio do SIAFI e orientação às Unidades para regularização
- Promoção da conformidade Contábil das Unidades Gestoras
- Promoção da conformidade Contábil do Órgão
- Preparação dos Balancetes e Balanços



- Consolidação da documentação encaminhada pelas Unidades Gestoras para compor o Processo de Tomada de Contas Anual



3. INDICADORES E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 DESCRIÇÃO DE INDICADORES E OUTROS PARÂMETROS

A natureza das atribuições da SPO concentra-se na execução de atividades meio e, por esse motivo, não estabelece indicadores diretamente ligados à evolução de suas atividades.

No entanto, aferir o grau de eficiência e eficácia de suas ações torna-se possível por meio de observação de desempenho em aspectos como cumprimento de prazos para a preparação da Proposta Orçamentária e para a revisão do PPA, percentuais de execução orçamentária e financeira de transferência de recursos às UOs, entre outros. O acompanhamento do desempenho é feito em seus sistemas gerenciais e por rotinas de coleta e armazenamento de dados, realizados nas Coordenações Gerais.

Neste sentido podemos analisar o desempenho quanto à execução orçamentária e financeira do exercício de 2005, demonstrada pelo quadro abaixo.

Limite Global Concedido/2005	Empenhos Liquidados	%
7.895.149.761,88	7.811.431.738,25	98,94

Mesmo não executando diretamente, é a SPO que cria as condições para que as Unidades Orçamentárias executem suas atividades, no que se refere à liberação dos créditos orçamentários e financeiros e em tempo hábil, seguindo rigorosamente toda a legislação pertinente e resolvendo da melhor forma possível as restrições impostas.

Assim, o percentual atingido, em 2005, de 98,94% de empenhos liquidados dentro do Orçamento Global do Ministério da Educação representa excelência de desempenho de nossa Instituição.

Quanto à descrição dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas governamentais e/ou ações administrativas, pode-se dizer que o programa Gestão da Política de Educação não possui indicadores, pela própria característica de programa de gestão de políticas. No entanto, está sendo implementada, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, uma ferramenta de sistematização do planejamento, acompanhamento e



avaliação de todas as ações deste Ministério, que é o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC – SIMEC, que servirá de ferramenta de gestão tanto para este programa como os demais.

No Exercício de 2005, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento recebeu recursos da Secretaria do Tesouro Nacional na ordem de R\$ 21.945 milhões, dos quais R\$ 21.016 milhões referente ao Orçamento autorizado para o referido exercício e R\$ 911 milhões de Restos a Pagar.

Ressalte-se que desse montante o valor de R\$ 6.673 milhões estavam sujeitos as limitações do Decreto de Programação Financeira, dos quais R\$ 6.256 milhões foram repassados para cobrir o Orçamento do Exercício e R\$ 416 milhões para atender os Restos a Pagar Inscritos. Os R\$ 15.254 milhões restantes foram repassados para atender as despesas obrigatórias não afetadas pelo referido Decreto, conforme detalhamento no quadro abaixo.

GOVERNOS FINANCEIRA RECEBIDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL			
ANEXO I E III DO DECRETO Nº 5.379/2005			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	COTA	RAP	TOTAL
DEC 5379/2005 - MEC	6.188.802.540,97	413.420.829,15	6.602.223.370,12
FIES	67.263.249,43	3.572.743,00	70.835.992,43
SUBTOTAL	6.256.065.790,40	416.993.572,15	6.673.059.362,55
EXCEÇÕES DO DECRETO			
PESSOAL	10.282.292.854,31	4.729.933,83	10.287.022.788,14
SENTENÇAS	1.371.620,48		1.371.620,48
PRECATORIOS	4.041.127,69		4.041.127,69
DOAÇÕES	229.547,33		229.547,33
DÍVIDA	346.355.008,34		346.355.008,34
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.983.963.267,34	456.073.472,84	3.440.036.740,18
FUNDEF	399.792.815,60	33.263.341,29	433.056.156,89
FIES	742.036.969,00		742.036.969,00
SUBTOTAL	14.760.083.210,09	494.066.747,96	15.254.149.958,05
TOTAL GERAL	21.016.149.000,49	911.060.320,11	21.927.209.320,60
DIFERIDO	17.988.447,03		17.988.447,03
TOTAL	21.034.137.447,52	911.060.320,11	21.945.197.767,63

Cabe esclarecer que foram diferidos recursos no montante de R\$ 17 milhões, perfazendo o montante de R\$ 21.945 milhões.



Por outro lado, verifica-se que dos R\$ 6.602 milhões recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional para atender despesas afetadas pelo Decreto de Programação Financeira, foram repassados R\$ 6.504 milhões o que representa 99%.

Importa frisar que dos R\$ 7.314 milhões liquidados no Exercício de 2005 referentes às fontes do Tesouro, foram repassados R\$ 5.841 milhões, ou seja, 80%, e dos R\$ 1.453 milhões de Restos a Pagar Inscritos foram repassados R\$ 663 milhões, significando 46%.

COTA FINANCEIRA LIBERADA PELA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			
ANEXO I E III DO DECRETO Nº 5.379/2005			R\$ 1.00
ESPECIFICAÇÃO	COTA	RAP	TOTAL
DEC 5379/2005 - MEC	5.840.861.826,03	662.958.072,76	6.503.819.898,79
FIES	45.596.089,71	3.572.743,00	49.168.832,71
SUBTOTAL	5.886.457.915,74	666.530.815,76	6.552.988.731,50

EXCEÇÕES DO DECRETO			
PESSOAL	10.198.011.843,31	5.494.302,85	10.203.506.146,16
SENTENÇAS	975.937,63		975.937,63
PRECATÓRIOS	594.895,80	3.083.394,08	3.678.289,88
DOAÇÕES	715.941,48		715.941,48
DÍVIDA	347.310.283,92		347.310.283,92
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.983.963.267,34	456.073.472,84	3.440.036.740,18
FUNDEF	398.211.702,82	34.844.454,07	433.056.156,89
FIES	741.936.869,00		741.936.869,00
SUBTOTAL	14.671.720.741,30	499.494.623,84	15.171.216.365,14
TOTAL GERAL	20.558.178.657,04	1.166.026.439,60	21.724.205.096,64

3.2 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto à avaliação de resultados, o Programa Gestão da Política de Educação é composto por sete ações de Gerenciamento das Políticas Educacionais de algumas unidades do Ministério da Educação, uma de Gestão da Administração do Programa - GAP, e outra de Publicidade de Utilidade Pública, que não possuem produto, mas que, em média executaram 85% dos seus recursos.

Para monitoramento e avaliação das ações está sendo implementada a segunda fase de desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC - SIMEC, no âmbito da Assistência Preparatória, conforme demonstrado no item 4.6.



Com o intuito de aprofundamento deste trabalho foram criadas as ações de Estudos e Pesquisas para o Aprimoramento da Política Educacional e a de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais.

Em relação aos Estudos, foram contratados seis sobre Financiamento da Educação no Brasil, melhor detalhados no item 4.6 Estudos sobre Financiamento da Política de Educação. Todos realizados e entregues à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da SE/MEC. Para tanto, foram gastos 100% dos recursos previstos.

Para a ação de Monitoramento, somente em julho houve aprovação do Contrato relativo ao Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Social - HDTAL pelo BIRD, por meio de Carta endereçada ao Ministro de Estado da Fazenda. Nessa oportunidade foi informado que o Projeto passaria a ter a seguinte identificação: LOAN 7324-BR.

Em dezembro de 2005, o HDTAL foi encaminhado ao Senado Federal, por meio da Mensagem Presidencial nº 862, onde é solicitada a autorização do Congresso para a contratação da operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Realizou-se, ainda, a contratação de dois consultores, no âmbito do Projeto BRA/04/041 "Fortalecimento Institucional das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Administrativos do MEC", para elaboração do Projeto de monitoramento da efetividade das principais ações do Ministério da Educação, com o objetivo de implementar mecanismo de acompanhamento e avaliação permanente das políticas educacionais, para que produza informações oportunas e corretas, subsidiando os gestores na racionalização da aplicação dos recursos públicos e no aperfeiçoamento das estratégias utilizadas. Os primeiros produtos estão previstos para serem entregues em 2006, não havendo, portanto execução financeira.

A ação de Apoio à Qualificação do Sistema de Ensino Médio teve seu limite (R\$1 milhão) ofertado para execução em outra ação em função do Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica – PRODEBE.

As ações de Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino e Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais,



sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, tiveram uma execução financeira de 57% e 100%, respectivamente. A primeira, devido à otimização dos recursos e priorização dos gastos teve um alcance de 136% da meta física prevista na Lei Orçamentária Anual, por meio da modernização de 68 Sistemas de Ensino, e a segunda, de 90% com 3.599 Gestores Capacitados.

As ações de Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais, Sistema Integrado de Informação Educacional – SIED, e Levantamentos Especiais na Educação Básica, todas sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, tiveram execução de 100% da meta física. Registre-se que o SIED ultrapassou esta marca, atingindo 388%, em função do aumento considerável do número de acessos ao sistema devido à aplicação do Exame Nacional de Estudantes (ENADE), também do número de acesso ao módulo do ENEM em função dos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior, das inscrições do PROUNI e consulta de notas dos participantes do Exame. A execução orçamentária superou a média de 85%.

A ação de Aquisição e Reforma do Edifício-Sede do FNDE não foi executada por indisponibilidade financeira. Quanto ao Controle e Arrecadação do Salário Educação (ação 4029), teve parte de seus recursos remanejados em função da Medida Provisória nº 258, de 25 de julho de 2005, que unificava o sistema de arrecadação dos tributos federais na Super-Receita, formalizando convênio com a Receita Federal do Brasil para transferir àquele órgão a totalidade da administração da arrecadação e fiscalização do salário-educação.

Dessa forma, como a ação de Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública, do Programa Brasil Escolarizado, estava com insuficiência de recursos financeiros, foram remanejados R\$15 milhões da ação 4029 para compor um crédito adicional nesta ação, como prevenção da perda dos recursos, se mantidos na ação original. Uma vez que a Medida Provisória não foi aprovada, a execução financeira da ação totalizou em R\$ 732 mil. Proporcionalmente a esse valor a execução física foi de 938 órgãos e entidades inspecionados.

As demais ações, como Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável, Preparação para Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento



da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores, tiveram as suas metas físicas plenamente atingidas, inclusive acima do previsto, com uma execução orçamentária entre 81% e 100%.



4. MEDIDAS IMPLEMENTADAS E A IMPLEMENTAR

Para se aprimorar e alcançar a qualificação institucional, e inserindo-se na estratégia nacional de monitoramento e avaliação das ações de governo constantes do Plano de Gestão do PPA 2004-2007, a SPO iniciou a realização do Projeto de Cooperação Técnica BRA/04/041, na forma de Assistência Preparatória. Seus objetivos são, de um lado, contribuir para o fortalecimento institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, para melhor qualificá-la quanto ao desempenho de suas atribuições e, de outro, definir o escopo e a abrangência do Documento de Projeto sobre Gestão Estratégica das Ações Educacionais brasileiras.

Como produtos previstos a se implementar, teremos:

- A SPO instrumentalizada para proceder ao monitoramento das metas do PPA;
- Uma proposta para alocação de recursos para manutenção das IFES, CEFET's, ETF's e EAF's desenvolvida e discutida;
- Um Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano – HD-TAL, elaborado e submetido ao BIRD;
- Um documento de Projeto de Cooperação Técnica sobre Gestão Estratégica das Ações Educacionais elaborado e submetidos ao PNUD e ABC.

O propósito desse Projeto de Cooperação Técnica é a realização de estudos e pesquisas que subsidiem a concepção de um modelo de gestão capaz de oferecer informações ágeis, fidedignas e eficazes para a tomada de decisões político-sociais.

A SPO entende que não somente a avaliação, mas também, o monitoramento devem ser processos permanentes a fim de assegurar um fluxo de informações para subsidiar a gestão dos programas e projetos que materializam as políticas definidas pelo Ministério, bem como facilitar a introdução dos ajustes e correções que se fizerem necessários, sendo que estas questões já vêm sendo tratadas no Modelo Integrado de Gestão, a ser implantado pelo Governo Federal. Isto porque é imprescindível que os investimentos na Educação sejam monitorados e avaliados, a fim de melhor contribuir para garantir a educação ao povo brasileiro, um de seus maiores direitos constitucionais.

Destacamos, a seguir, as realizações que contribuíram para seu alcance, no ano de 2005.



4.1 SISTEMA DE MONITORAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SIMEC

No intuito de se instrumentalizar e criar condições efetivas para o cumprimento das atribuições da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC. O SIMEC é uma metodologia de monitoramento e gestão dos programas e ações ministeriais desenvolvida por meio de estudos e pesquisas realizados com a contratação de uma consultoria externa e que contou com a participação de todas as Secretarias Finalísticas e Órgãos Vinculados a Administração Direta. A solução SIMEC utiliza modernas tecnologias de informação e comunicação para organizar, armazenar, tratar e compartilhar os dados gerenciais produzidos pelas equipes do Ministério. Sua fase de implantação se encerrou e o projeto entra num período de ajuste e aperfeiçoamento do “Portal de Informações” além da implementação de novas funcionalidades.

Neste sentido, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento buscou a contratação de consultoria especializada em análise de sistemas e programação para dar continuidade ao processo de implantação do SIMEC e implementação de novas funcionalidades surgidas a partir da aplicação da metodologia e utilização do portal.

Assim, foram contratados três consultores técnico-especializados para o desenvolvimento das seguintes etapas:

- a) Análise de dados do SIMEC e identificação de falhas;
- b) Análise e levantamento de dados referente a aplicação SIMEC, bem como identificação de falhas e de pontos críticos para posterior correção na codificação das páginas em linguagem ASP e Java Script;
- c) Implementação de medidas corretivas e *tunning* na base de dados do SIMEC na aplicação do sistema SIMEC, para seu correto funcionamento, tendo em vista as falhas apontadas anteriormente na fase de identificação de falhas;
- d) Realização de estudo do negócio referente ao modelo de gestão do Ministério da Educação com relação aos seus programas e ações de governo no âmbito do SIMEC para aplicação na nova base de dados do SIMEC;



- e) Análise e definição da identidade visual e da navegabilidade do novo SIMEC atendendo as especificações W3C;
- f) Validação do projeto piloto do novo SIMEC como um todo. Será realizada a validação e a implementação da identidade visual, bem como a evolução do Modelo de Dados e do Diagrama;
- g) Implementação de relatórios gerenciais;
- h) Desenvolvimento do SIMEC em plataforma de software livre.

4.2 MIGRAÇÃO DE SISTEMAS PARA PLATAFORMA DE SOFTWARE LIVRE

Dentre as diretrizes políticas estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, as que são referentes à aquisição e utilização de softwares têm exigido um maior empenho perante os serviços de informática do Ministério da Educação, pois objetivam o não aumento do legado de software proprietário, priorizando a utilização de software livre.

A área de software livre é relativamente nova no setor de Tecnologia da Informação e seus projetos trazem impactos diretos sobre as áreas de planejamento e orçamento deste setor. Mesmo com as atribuições das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento - SPO e de Assuntos Administrativos - SAA definidas, foi consenso que havia uma carência, no Ministério, de recursos humanos para que se permitisse uma efetiva atuação na execução de atividades referentes a essa área.

Essa deficiência foi minimizada a partir da contratação de consultoria especializada, a fim de garantir a efetividade necessária nas atividades de planejamento, monitoramento e execução de projetos em software livre. Como resultado dessa contratação já foi desenvolvida a Proposta de uso de distribuição Linux em estações de trabalho do Ministério da Educação, sendo que já estão em fase final de conclusão os seguintes produtos:

- Imagem de distribuição Linux para uso em estações de trabalho do Ministério da Educação – primeira versão.
- Documento contendo as atividades de consultoria prestadas à equipe técnica de



migração de serviços de rede em plataforma proprietária para plataforma livre do Ministério da Educação.

- Implementação de infra-estrutura de software servidor para execução dos sistemas de monitoramento de ações do Ministério da Educação.
- Imagem de distribuição Linux para uso em estações de trabalho do Ministério da Educação – segunda versão.

4.3 ADEQUAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – 2004/2007 AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Contratação de consultoria especializada em monitoramento e avaliação de políticas públicas para elaboração de estudo preliminar que subsidiasse a formulação de um Plano sobre a adequação do Plano Plurianual - PPA ao Plano Nacional de Educação – PNE.

Assim, chegou-se a conclusão de que ao adotar uma metodologia baseada nos níveis e modalidades de ensino, sem perder o foco da transversalidade, permitiu-se uma maior correlação entre as diretrizes e metas estabelecidas pelo PNE e os programas e ações do PPA. Foi realizada uma análise dessas duas legislações onde se pôde perceber que o objetivo de cada programa do PPA vem a atender as diretrizes da maioria dos eixos estabelecidos pelo PNE, o que permite uma maior visualização das políticas públicas desenvolvidas pelo MEC para o atendimento das diretrizes e metas para a educação até 2011.

Com base nesse estudo, pôde-se observar que o Governo Federal ao estabelecer como prioridades, para o quadriênio de 2004 até 2007, o combate ao Analfabetismo absoluto e funcional, a Universalização da Educação Básica (Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), a Reforma Universitária e a Expansão da Educação Profissional, amplia e define de forma mais efetiva as prioridades a serem elencadas para a Educação.

Apesar da confluência das duas legislações, ficou comprovado que o PPA 2004-2007 apresenta alguns avanços em relação ao PNE quanto as suas prioridades. Mesmo estando contempladas como metas pelo PNE, as prioridades estabelecidas por essa legislação têm um caráter amplo e não garantindo como prioridade o acesso da população a educação básica e o combate ao analfabetismo.



Outra importante contribuição do PPA é a discussão a respeito da diversidade ao acesso a educação. O PNE avança nesse sentido ao estabelecer um eixo sobre educação indígena e criar metas que garantam o acesso dessa população à educação. No entanto, suas metas não determinam um corte quanto à igualdade de acesso racial e de gênero à educação.

4.4 ESTUDO SITUACIONAL RELATIVO ÀS EMENDAS PARLAMENTARES DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2003

Com o objetivo de desenvolver um estudo situacional relativo às Emendas Parlamentares, do Ministério da Educação, nos exercícios de 2002 e 2003, foi realizada a contratação de consultoria especializada em Assessoria Parlamentar.

O Estudo objetivou, de um modo geral, divulgar dados técnicos, obtidos e analisados, relativos às emendas parlamentares aplicadas ao Orçamento do Ministério da Educação, para os exercícios fiscais supracitados, garantindo o registro desses dados em caráter permanente. Esse estudo foi desenvolvido em duas etapas conforme segue:

- a) Banco de Dados com informações básicas sobre as emendas parlamentares apurados a partir de pesquisas de levantamentos junto à base de dados do Congresso Nacional e aos sistemas SIDOR e SIAFI; e,
- b) Ampliação da base de dados agregando elementos que permitirão avaliar a execução orçamentária e financeira apuradas até abril de 2005.

4.5 NOVO MODELO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL PARA A SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Na perspectiva de auxiliar o Ministério da Educação a cumprir seu papel no plano de desenvolvimento baseado na equidade e na inclusão social, proposto pelo Governo Federal no Plano Plurianual 2004-2007, encontra-se em execução uma operação de crédito não-reembolsável, com recursos provenientes do fundo de doação japonesa, e que foi assinada entre a União e o Banco Mundial – BIRD, cujo objetivo principal é apoiar o MEC na preparação do II Empréstimo Programático de Reformas para o Setor Humano por intermédio do aperfeiçoamento da capacidade de ação institucional do seu órgão de Planejamento Setorial.



Para a consecução deste objetivo a SPO contratou serviço especializado de consultoria, por meio do qual foi realizado um diagnóstico dos atuais processos da SPO, devendo culminar no desenvolvimento de um modelo de gestão organizacional e operacional orientado para resultados no primeiro semestre de 2006. Os serviços abrangerão, também, levantamento, análise e proposições de melhoria dos procedimentos relativos às competências das suas Coordenações Gerais, com vistas à agilização e à racionalização das rotinas técnicas e administrativas específicas, a fim de eliminar, ou amenizar no curto prazo, as disfunções encontradas.

O desenvolvimento e a implantação de um novo modelo de gestão para a SPO surge da necessidade premente de aumentar a eficiência e eficácia na execução de suas funções, fluxos e processos. A empresa contratada foi a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP, que será remunerada pela operação de crédito não-reembolsável da Doação Japonesa, sendo que o valor excedido será coberto com recursos do Tesouro Nacional.

4.6 ESTUDOS SOBRE O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Uma outra parte dos recursos provenientes da operação de crédito não-reembolsável (Doação Japonesa) mencionada no item anterior está sendo aplicada no pagamento de serviços especializados de Consultoria – Pessoa Física, para desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre o financiamento de educação no Brasil, imprescindíveis ao planejamento eficiente e eficaz das políticas do setor e que contribuirão para subsidiar estudos posteriores sobre a efetividade dessas políticas.

Desde 2005 vêm sendo realizados 6 estudos:

- Estudo (A): Coletânea da Bibliografia sobre o Financiamento da Educação no Brasil;
- Estudo (B): Comparação Internacional entre Modelos de Financiamento da Educação;
- Estudo (C): Vinculação e Subvinculação Tributárias à Educação;
- Estudo (D): Mecanismos e Necessidades de Financiamento da Educação Básica;
- Estudo (E): Mecanismos e Necessidades de Financiamento da Educação Profissional;
- Estudo (F): Mecanismos e Necessidades de Financiamento da Educação Superior.

Os objetivos dos estudos são os seguintes:



- Realizar uma prospecção, seleção, classificação, indexação e resumo analítico de trabalhos publicados sobre o financiamento da educação no Brasil;
- Analisar a produção teórica e técnica sobre a estrutura de financiamento público do sistema de educação no Brasil quanto aos mecanismos e necessidades atuais e potenciais;
- Prover a SPO e a sociedade de um banco de dados com informações sobre os preceitos e conceitos relacionados ao financiamento da educação no Brasil, imprescindíveis à atividade de planejamento e orçamento;
- Realizar uma comparação internacional entre modelos de financiamento da educação, enfocando os mecanismos de financiamento e as respectivas trajetórias de desenvolvimento educacional dos países estudados;
- Proporcionar informação de utilidade pública e transparência à sociedade com a publicação dos trabalhos sobre sistemas de educação existentes em outros países.

Outro importante projeto que veio sendo desenvolvido pela SPO foi o de um financiamento decorrente das ações previstas no Primeiro Empréstimo do Programa de reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano – HD TAL, assinado com o Banco Mundial desde janeiro de 2003, o qual prevê a promoção de uma maior transparência, aumento das políticas de justiça social e melhoramento na eficiência e qualidade da prestação dos serviços sociais.

Por decisão superior, o gerenciamento deste projeto passou para o INEP, continuando a contar com a colaboração da SPO e das parcerias dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, do Planejamento, Orçamento e Gestão, inclusive o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



5. DISCRIMINAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS

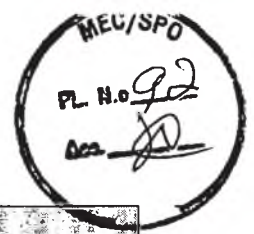
As transferências dos recursos destinados aos Organismos Internacionais foram executadas na sua totalidade, com exceção da Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, da Corporação Andina de Fomento - MERCOSUL e da Doação Japonesa.

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	UNICUAL	DOAÇÃO ANUAL	DISPONÍVEL	EMPENHADO	RECEBIDO	ANEXO	EXERCÍCIO
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F=C-E)	(G=E/C)
12.122.1067.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa – Nacional – PNUD Finalidade: constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	-0-	100%
12.126.0465.4172.0001 - Serviço de comunicação da Rede nacional de Ensino e Pesquisa - RNP* Finalidade: prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do País na Sociedade da Informação.	21.000.000	21.000.000	21.000.000	19.959.467	19.959.467	1.040.533	95%
12.212.0681.0057.0001 – Contribuição à Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI Finalidade: contribuir, financeiramente, na qualidade de associado, em contrapartida à prestação de assistência técnica da entidade no aperfeiçoamento e na capacitação de pessoal técnico e docente, bem como ao desenvolvimento de intercâmbio de experiências e informações entre os países-membros.	2.395.000	2.682.400	2.682.400	2.395.000	2.395.000	287.400	89,29%
12.212.0681.0145.0001 – Contribuição à Organização dos Estados Americanos – OEA Finalidade: contribuir, financeiramente, na qualidade de associado, em contrapartida à prestação de assistência técnica da entidade a projetos e programas.	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	-0-	100%
12.212.0681.0153.0001 – Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO Finalidade: prestar cooperação para o desenvolvimento de atividades prioritárias no seu âmbito de atuação, contribuindo para o aperfeiçoamento do pessoal técnico e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, voltados ao planejamento do setor educacional, bem como desenvolver o intercâmbio de experiências e informações com os países em desenvolvimento, em matérias educacionais e científicas.	9.700.000	9.700.000	9.700.000	9.700.000	9.700.000	-0- (Inscrito em RAP)	100%
12.845.0681.0364.0001 -Contribuição ao Fundo para o Setor Educacional do Mercosul Finalidade: garantir a participação brasileira nas ações do Setor Educacional do Mercosul, assegurando a implementação das atividades e projetos prioritários definidos de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação 2001-2005.	575.000	575.000	575.000	575.000	-0-	575.000 (Inscrito em RAP)	0%
12.121.1067.1113.001 Estudos e Pesquisas para o Aprimoramento da Educação Nacional (Doação Japonesa) Finalidade: Apoiar o MEC na preparação do II Empréstimo Programático de Reformas para o Setor Humano por meio do aperfeiçoamento da capacidade de ação institucional do seu órgão de planejamento setorial	308.070	308.070	308.070	308.070	156.480	151.590	51%
TOTAL	35.936.140	36.223.540	36.223.540	34.894.607	33.860.947	2.054.523	

Além disso, foram liquidados ainda como restos a pagar do exercício de 2004 os valores discriminados a seguir:

* O serviço foi executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por meio de destaque desta SPO.



EXERCÍCIO 2005			
CONTRIBUIÇÕES À ORGANISMOS INTERNACIONAIS	VALORES LIQUIDADOS		
EXERCÍCIO 2005 – RESTOS A PAGAR/2004	ORDEM BANCARIA	DATA	VALORES
Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO	2005OB900017	02.02.2005	2.000.000,00
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD	2005OB900168	04.07.2005	270.000,00
	2005OB900211	01.09.2005	300.000,00
	2005OB900238	05.10.2005	600.000,00
	2005OB900238	05.10.2005	100.000,00
TOTAL			3.270.000,00

É importante salientar que as transferências, relacionadas no quadro a seguir, realizadas no âmbito da Ação 12.212.0681.0153.0001 - Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO, foram todas solicitadas pelo Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e de Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação – CGCOP, cujo Secretário Executivo é Presidente.

Contribuição à Unesco por conta do Aco do Brasil/ UNESCO - Exercício 2005						
VALORES EMPENHADO			VALORES ANULADO			SALDO
Empenho nº	Data	Valor	Ordem Bancária	Data	Valor	
2004NE000116	08.10.2004	2.000.000,00	2005OB900017	02.02.2005	2.000.000,00	
2005NE000062	07.04.2005	9.700.000,00	2005OB900085	08.04.2005	9.700.000,00	
TOTAL		11.700.000,00			11.700.000,00	0,00

As transferências referidas são parcelas relativas ao montante global estabelecido no início do exercício à título de contribuição à UNESCO, para custear a execução de diversos projetos aprovados pelo Grupo Intersetorial de Coordenação – GIC, dentro do Acordo Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, firmado pelo Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Decreto nº 87.522/85.

Os projetos têm execução prevista de até 12 meses e as transferências de recursos não são feitas no valor integral de cada um, podendo, assim, o valor de um projeto estar fracionado em diversas parcelas durante o ano.

Além disso, o valor liberado de cada transferência é definido de acordo com alguns fatores externos como limite financeiro do MEC, ritmo de execução dos projetos aprovados etc.

* OBS : Os recursos financeiros de 2005, foram totalmente transferidos inclusive restos a pagar/2004



Dessa forma, a vinculação direta do valor de cada parcela transferida e os projetos em execução é inexistente, havendo apenas correlação no total transferido no exercício, referente à soma das parcelas e o total de projetos aprovados pelo GIC, no mesmo período.

Transferências de recursos para o PNUD.

Cooperação Técnica		Processo: 230000112252004-29 Ass. 01/12/2004 Vigência: 01/12/04 à 31/12/06	Fortalecimento das Instituições das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e Subsecretarias de Assuntos Administrativos	28/12/04 Seção 3 Pag. 17	US\$ 1.672.368,00	R\$ 2.626.480,00	Não Ha	PNUD CNPJ 0372332900 01-79	Execução em andamento



6. DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A SPO, como atividade meio, consolida as ações de planejamento e orçamento, assim como as de programação financeira, intermediando os Órgãos Centrais, tais como SPI, SOF e STN, com as unidades do MEC e em conformidade com as determinações da Secretaria Executiva.

Desta forma, cabe à SPO unicamente a efetivação dos pagamentos de principal e de encargos dos contratos em carteira. A SPO não dispõe de informações relativas a problemas que, porventura, tenham inviabilizado a plena conclusão de etapas ou da totalidade de cada projeto ou programa, bem como de possíveis providências adotadas em cada caso. Informações relativas a cada projeto ou programa devem ser obtidas junto aos gestores responsáveis.

Projeto ou Programa	Fluxo Financeiro em US\$ (em milhares)						
	Moeda	Valor Original	Valor em US\$	Valor em US\$	Valor em US\$	Valor em US\$	Valor em US\$
Implantar o Programa de Expansão da Educação Profissional PROEP BID N° 1052/OC-BR	USD	250.000.000,00	89.096.422,71 (07/04/2005)	250.000.000,00	0,00	4.309.125,61	240.054,42
Programa de Implantação do FUNDESCOLA III BIRD N° 7122-BR	EUR	182.800.000,00	81.331.970,28 (30/09/2005)	182.800.000,00	0,00	1.519.405,39	430.186,17
Programa de Implantação do Fundo de Fortalecimento da Escola FUNDESCOLA II BIRD N° 4487-BR	USD	191.170.000,00	191.170.000,00	200.000.000,00	22.487.128,57	8.735.246,64	28.083,44
Programa de Implantação do FUNDESCOLA I BIRD N° 4311-BR	USD	62.500.000,00	62.500.000,00	0,00	6.944.443,44	3.146.313,48	0,00
Financiamento parcial do Programa de Diversidade na Universidade BID N° 1406/OC-BR	USD	5.000.000,00	828.523,81 (08/03/2005)	4.000.000,00	0,00	54.811,16	7.328,40
Apoio a Promoção da Reforma e Expansão do Ensino Médio BID N° 1225/OC-BR	USD	150.000.000,00	48.467.169,40 (08/03/2005)	250.000.000,00	2.660.343,59	2.203.824,19	253.419,57



Dentre as atividades exercidas pela SPO, encontra-se também a que se refere ao pagamento das dívidas internas e externas, em que se apresenta abaixo o seu desempenho.

As dotações Inicial e Atual, da Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Interna e Externa registradas, correspondem aos valores referentes a todos os credores que tiveram pagamento no exercício.

R\$ 1,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2005							
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	DISPONÍVEL	EMPENHADO	REALIZADO	SALDO	EXECUÇÃO %
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F=C-E)	(G=E/C)
28844090602840000							
Amortização e Encargos de Financiamento							
Dívida Externa	641.267.776	641.267.776	641.267.776	340.247.407	340.247.407	301.020.369	53%
28843090502830000							
Amortização e Encargos de Financiamento							
Dívida Interna	10.390.562	10.390.562	10.390.562	7.062.877	7.062.877	3.327.685	68%
TOTAL	651.658.338	651.658.338	651.658.338	347.310.284	347.310.284	304.348.054	



7. RESULTADOS POR RENÚNCIA DE RECEITA PÚBLICA FEDERAL

Não houve renúncia de receita.



8. DEMONSTRATIVO DE CARTÃO DE CRÉDITO

A movimentação do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF teve sua utilização exclusivamente com Suprimento de Fundos, para a compra de material de consumo e outros serviços, nos elementos de despesa 33.90.30 e 33.90.39.

No exercício de 2005 o valor do saque com Cartão foi de R\$ 2.576,00 (dois mil, quinhentos e setenta e seis reais).

O quadro a seguir apresenta o Demonstrativo de Suprimento de Fundos relativos aos exercícios de 2004 e 2005.

R\$ 1,00

SUPRIDOS	VALOR DO SUPRIMENTO	PAGAMENTO FATURAS	VALOR SAQUE	DESPESA REALIZADA	SALDOS	OBSERVAÇÃO
			CARTÃO			
Kátia M. Maciel Castor CPF: 27984978149	4 000,00	1.104,51	0,00	1.104,51	2.895,49	Exercício/2004
Valdinei Pereira de Alcida CPF: 31668971044	9 512,19	4.259,30	2.738,00	6.997,30	2.514,89	Exercício/2004
Valdinei Pereira de Alcida CPF: 31668971044	18 397,00	7.328,80	2.576,00	9.904,80	8.492,20	Exercício/2005
TOTAL	31.909,19	12.692,61	5.314,00	18.006,61	13.902,49	



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe da SPO, em sua busca pelo aprimoramento da gestão dos recursos destinados à educação tem executado com dedicação e transparência suas funções, para assim atender ao interesse público. Desta forma, ao encerrar as atividades do exercício de 2005, a SPO reitera seu compromisso de prestar com eficiência e eficácia seus serviços, visando contribuir para o cumprimento da função social do MEC.

A large, stylized handwritten signature in black ink, positioned above the printed name.

Julio Cesar Mantovani
Subsecretário de Planejamento e Orçamento – Substituto